

Fundado em 3 de novembro de 1955

Edição Nacional

ANO LXVIII - Edição nº 17.049 www.diariocomercial.com.br

Aperto monetário



FMI eleva para 2,9% a projeção de alta do PIB

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou em alta sua projeção para o crescimento do PIB global neste ano, de 2,7% calculados em outubro para 2,9%. Por outro lado, reduziu a expectativa para o avanço da economia mundial em 2024, de 3,2% a 3,1%. O aperto monetário realizado por bancos centrais para conter a inflação continua a pesar na atividade econômica. PÁGINA 3

Investimentos

ExxonMobil amplia lucro, mas receita decepciona

A ExxonMobil teve lucro líquido US\$ 12,75 bilhões no quarto trimestre de 2022, equivalente a US\$ 3,09 por ação. O resultado é 44% maior do que o ganho de US\$ 8,87 bilhões (US\$ 2,08 por ação) que a maior petrolífera dos EUA apurou em igual período de 2021. Com ajustes, a Exxon-Mobil teve lucro por ação de US\$ 3,40 no trimestre, acima das projeções. PÁGINA 4

Financiamento

Caterpillar tem queda no lucro para US\$ 1,4 bilhão

A Caterpillar registrou lucro de US\$ 1,454 bilhão no quarto trimestre de 2022, ou US\$ 2,79 por ação, com lucro por ação ajustado de US\$ 3,86. Analistas ouvidos pelo Fact-Set previam lucro por ação ajustado de US\$ 4,02 no balanço mais recente. PÁGINA 3

Oportunidades

Rio poderá receber até 73 eventos esportivos

A Prefeitura do Rio e a Secretaria Municipal de Esportes, em parceria com o Rio CVB/Visit Rio, apresentaram, na terça-feira, o "Mapa de Oportunidades para o Rio nos próximos 10 anos". Fruto de um convênio com a 2IS, o primeiro diagnóstico aponta 73 torneios de prestígio mundial que a cidade está apta a receber. PÁGINA 8

Ministro diz que é uma vergonha o que está acontecendo no Carf

Haddad admite que déficit alto preocupa

Ministro discute agenda rápida de crédito para o País, com sistema de garantias e diminuição do spread para proporcionar empréstimo barato



ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na terça-feira, 31, que a redução do déficit previsto para 2023 é uma grande preocupação do governo com relação à inflação. A declaração ocorreu após o ministro ser questionado sobre o impacto da retomada dos impostos federais sobre combustíveis. "A inflação você vê no médio e longo prazo. O impacto precisa medir o conjunto das contas públicas", comentou. Ele afir- Segundo ele, a reforma e o novo arcabouço fiscal estiveram entre mou que é uma vergonha o que está acontecendo no Conselho os principais temas discutidos no encontro. PÁGINA 2

Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). "Não há nenhum País no mundo que tenha esse sistema de solução de litígio", disse o ministro, que propôs a volta do voto de qualidade no Conselho. "Nenhum País da OCDE ou do G20 tem esse sistema." E ironizou: "Eu gostaria de julgar meus próprios casos." Haddad disse ainda que a reforma tributária proposta pelo governo deverá englobar uma redução da carga de impostos para alguns setores da economia.

REELEIÇÃO

QUARTA-FEIRA, 1º DE FEVEREIRO DE 2023

CRÉDITO DE CARBONO

Lula diz que é possível criar uma economia verde no País

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) relatou na terça-feira, 31, mais trechos de sua conversa com o chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, com quem se reuniu na véspera no Palácio do Planalto. "Eu disse textualmente à Alemanha que nunca iremos transformar Amazônia em santuário da humanidade", contou o petista, que reiterou sua disposição em fomentar a pesquisa na floresta "por quem entende". PÁGINA 6



Presidente cria conselho para facilitar as

APOSENTADORIA

POSICIONAMENTO

França tem nova greve geral contra proposta de reforma da Previdência

Pacheco promete discutir

cargo de senador vitalício

para presidentes no País

Lira diz que ato radical de

governo nunca contará

com apoio da Câmara

PÁGINA 5

PÁGINA 7

PÁGINA 7

CANAL DIRETO

negociações com os movimentos sociais

PÁGINA 6

IBOVESPA 113.430,54 ↑ 1,03%												BOLSAS NO MUNDO		
Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas					FECHAMENTO	%
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.		PREÇO - R\$	%	OSCIL.		PREÇO - R\$	%	OSCIL.	DOW JONES	34.086,04	+1,09%
COGNA ON ON NM	2.38	+10.19%	+0.22	ASSAI ON NM	19.650	-5.44%	-1.130	VALE ON NM	94.51	-0.49%	-0.47	S&P 500	4.076,60	+1,46%
HAPVIDA ON NM	5.15	+9.57%	+0.45	JBS ON NM	20.08	-3.97%	-0.83	PETROBRAS PN N2	26.07	+1.24%	+0.32	NASDAQ	11.584,55	+1,67%
YDUQS PART ON NM	10.33	+7.16%	+0.69	KLABIN S/A UNT N2	19.34	-1.78%	-0.35	ITAUUNIBANCOPN N1	25.33	+1.56%	+0.39	DAX 30	15.128,27	+0,014%
DEXCO ON NM	7.54	+6.95%	+0.49	MINERVA ON NM	13.99	-1.62%	-0.23	BRASIL ON NM	40.70	-0.27%	-0.11	FTSE 100	7.771,70	-0,17%
PETZ ON NM	7.24	+6.63%	+0.45	RAIADROGASILON NM	24.83	-1.59%	-0.40	ASSAI ON NM	19.650	-5.44%	-1.130	IBEX 35	9.032,30	-0,19%

DÓLAR COMERCIAL PESO EURO LIBRA OURO COMPRA COMPRA **↓** -1,06% **↓** -0,75% **↓** -0,98% **J** -0,58% 5,515

INFLAÇÃO ALTA

Haddad admite que aumento do déficit público preocupa governo

Ministro da Fazenda afirmou que a reforma tributária proposta pelo governo deverá englobar uma redução da carga de impostos para alguns setores e que o Congresso está pronto para analisá-la

ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na terça--feira, 31, que a redução do déficit previsto para 2023 é uma grande preocupação do governo com relação à inflação. A declaração ocorreu após o ministro ser questionado sobre o impacto da retomada dos impostos federais sobre combustíveis. "A inflação você vê no médio e longo prazo. O impacto precisa medir o conjunto das contas públicas", comentou.

Haddad participou no período da manhã de reunião com o Conselho da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em São Paulo.

Além do ministro, participaram do encontro a ministra do Planejamento, Simone Tebet, a ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Entre os presentes, estavam o presidente da Febraban, Isaac Sidney, o presidente do Conselho da Febraban, Octavio de Lazari Júnior, o CEO do BTG Pactual, Roberto Sallouti, o presidente do Conselho do BTG Pactual, André Esteves, o CEO do Itaú Unibanco, Milton Maluhy, o co-presidente Itaú Unibanco, Pedro Moreira Salles e a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, além do CFO do BB Ricardo Forni, o CEO do Santander Brasil, Mario Leão, o presidente do Conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, a presidente da Caixa, Rita Serrano, e o ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy, diretor do banco Safra.

Ele afirmou que é uma ver-



Haddad: "é uma vergonha o que está acontecendo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Não há nenhum País no mundo que tenha esse sistema de solução de litígio"

gonha o que está acontecendo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). "Não há nenhum País no mundo que tenha esse sistema de solução de litígio", disse o ministro, que propôs a volta do voto de qualidade no Conselho. "Nenhum País da OCDE ou do G20 tem esse sistema." E ironizou: "Eu reforma tributária proposta gostaria de julgar meus pro-

O ministro afirmou que é impossível o contribuinte julgar um auto de infração e que esse modelo faz com que "20

prios casos.'

empresas se beneficiem com as teses mais absurdas, a ponto de desafiar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

De acordo com o ministro, o Carf não foi assunto do na

Haddad disse ainda que a peio governo devera engiobar uma redução da carga de impostos para alguns setores da economia. Segundo ele, a reforma e o novo arcabouço fiscal estiveram entre os prin-

cipais temas discutidos no encontro. "Nós discutimos uma agenda tanto para o setor produtivo na Fiesp, e para o financeiro, na Febrabran", disse o ministro ao deixar a reunião.

Haddad afirmou que a reforma já poderia ter sido ministro relembrou que a PEC votada e que o Congresso "está maduro". "Há nas duas Casas ambiente favoravel", disse Haddad, que pontuou que a reforma deve resultar, entre outros pontos, em melhora no crescimento econômico e na vida das empresas e indústrias.

A discussão com a Febraban, segundo o ministro, ainda abordou o tema do arcabouço fiscal. Haddad afirmou que a nova regra já está contratada e que a equipe econômica está formulando a proposta. O de Transição previa a apresentação do novo arcabouço até agosto, mas que a perspectiva atual é que o presidente Lula

valide a proposta até abril. A questão do crédito também entrou na ordem do dia, de acordo com o ministro, que

declarou que o tema também foi pauta de uma discussão com o Banco Central. "Estamos conversando sobre uma agenda rápida de crédito no País, com sistema de garantias e diminuição do spread, para que exista mais crédito barato. O crédito caro impede os negócios.'

A eficiencia da maguina pública, a qualidade dos gastos e dos processos internos também foi abordada no encontro com a Febraban, segundo o ministro.

OTIMISMO

Faixa de renda mais baixa deve consumir mais em 2023

das Famílias (ICF), apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) subiu 1,3% em janeiro na comparação com dezembro, já descontados os efeitos sazonais. A perspectiva de consumo foi o item que mais cresceu na comparação mensal, na ordem de 2,7%, puxado pelas famílias de menor renda, que entraram 2023 com mais disposição para gastar, segundo a CNC.

O aumento geral da ICF foi puxado pela intenção das famílias com salários mais baixos, subindo 1,9% em relação a dezembro do ano passado

A Intenção de Consumo e 25,7% na variação anual. O índice atingiu 91,2 pontos e, embora esteja ainda na zona de insatisfação (abaixo dos 100 pontos), é o maior desde abril de 2020.

"Uma das causas do otimismo é a ampliação do principal programa de transferência de renda do governo, com o pagamento do valor mínimo de R\$ 600, além do incremento de R\$ 150 por criança até seis anos", explica a economista responsável pela ICF, Izis Ferreira.

Segundo ela, essa injeção de mais recursos nos orçamentos das famílias pelo governo Lula gera ânimo ao consumo, mesmo com maior endividamento e dificuldade de acesso ao crédito. Por outro lado, as famílias que recebem maiores salários pretendem reduzir o nível de consumo.

Na variação anual, a ICF aumentou 23,1% em janeiro deste ano, em relação ao mesmo mês de 2022. O maior destaque ficou com o índice perspectiva profissional, que teve alta de 25,1% em comparação com janeiro do ano passado.

Os consumidores entrevistados estão mais satisfeitos com a renda atual: o indicador avançou 2% em janeiro, em relação ao mês anterior, e apresentou alta de 31,8% no comparado com o mesmo período

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

de 2022. Aproximadamente 39% dos entrevistados afirmaram estar recebendo o mesmo valor do ano passado, e cerca de 35% tiveram melhora da renda. Para 25,6% dos entrevistados, a renda piorou.

Segundo Ferreira, os consumidores de rendas média e baixa acreditam em uma melhora das condições de consumo nos próximos meses. Por outro lado, as famílias de maior renda estão mais frustradas com a conjuntura econômica e menos dispostas a gastar no começo de 2023: a intenção de consumo caiu 1% entre eles.

"Os consumidores desse grupo estão menos satisfeitos com o nível de consumo atual, pois estão pagando mais pelos serviços em geral, e mais descontentes com a perspectiva profissional e com o acesso ao crédito, que está mais caro e seleto", informa Ferreira.

Conforme a economista, a proporção de endividados no ano passado cresceu mais entre esse grupo, como mostrou o relatório anual de 2022 da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência dos Consumidores (Peic), também realizada pela CNC. Mesmo assim, a ICF continua no espectro do otimismo para essa faixa de renda, com 107,7 pontos. A variação anual indicou crescimento de 15,1%

"Mesmo que a Peic tenha mostrado que as mulheres estão mais endividadas do que os homens, a ICF expôs que elas avaliam a renda e o nível de consumo de forma mais positiva do que os homens", ressalta Ferreira.

No recorte por gênero, a ICF apontou que, entre as mulhe-

res, houve avanco de 3,3% em janeiro e 26% na variação anual na intenção de consumo. Apesar disso, o índice está em 91,4 pontos, ainda no campo de insatisfação. A taxa em relação aos homens está mais alta, em 96.2 pontos, e a perspectiva de compra aumentou 23,1% no comparativo com janeiro de 2022.

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, a inflação mais contida nos últimos meses tem beneficiado a renda disponível para o consumo, a despeito do maior endividamento das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no ano passado aumentou 5,8%; em 2021, o índice havia registrado alta de 10,4%.

"Esse dado indica que as famílias em geral esperam melhores condições de consumo no futuro. De fato, desde outubro de 2022, a perspectiva de consumo tem se mostrado mais positiva do que o consumo propriamente dito", disse Tadros.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal

RIO DE JANEIRO

Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro

CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL BELO HORIZONTE Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01 Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com Diário Comercial **Economia** 3 Quarta-feira, 1º de fevereiro de 2023

ABAIXO DA MÉDIA

FMI eleva a projeção de aumento do PIB mundial para 2,9% em 2023

A entidade alerta que o aperto monetário realizado por bancos centrais para conter a inflação e a guerra da Rússia na Ucrânia continuam a pesar na atividade econômica em todo o mundo

Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou em alta sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) global neste ano, de 2,7% calculados em outubro para 2,9%. Por outro lado, reduziu a expectativa para o avanço da economia mundial em 2024, de 3,2% a 3,1%. As informações estão no relatório Perspectiva Econômica Mundial.

O FMI lembra que, apesar da revisão em alta, o PIB de 2023 deve ficar abaixo da média vista entre 2000 e 2019, de crescimento de 3,8%. O aperto monetário realizado por bancos centrais para conter a inflação e a guerra da Rússia na Ucrânia continuam a pesar na atividade econômica, destaca a entidade. Para ela, a inflação caminha para seu pico, em quadro de "crescimento baixo"

Segundo o FMI, a rápida disseminação da covid-19 na China conteve o crescimento em 2022, mas a recente reabertura do país abriu caminho para uma recuperação mais rápida do que o esperado O balanço de riscos global, de qualquer modo, continua a ser de baixa, acredita o Fundo, embora os riscos adversos tenham moderado desde o relatório trimestral anterior, de outubro.

Sobre a inflação global ao consumidor, o FMI projeta que ela desacelere de uma alta de 8,8% em 2022 a 6,6% em 2023 e a 4,3% em 2024, ainda bem acima dos níveis pré-pandemia, entre 2017 e 2019, de cerca de 3,5%. Nas projeções de outubro, o Fundo apontava para alta de 6,5% da inflação no mundo no ano atual e de 4,1% em 2024, portanto



Indústria: o FMI projeta que a inflação deve desacelerar de uma alta de 8,8% em 2022 para 6,6% em 2023 e 4,3% em 2024, bem acima dos níveis pré-pandemia

houve revisão para cima nos econômico. dois casos

O FMI diz que, por um lado, um impulso na demanda em várias economias ou uma queda mais forte da inflação seriam fenômenos "plausíveis". Por outro lado, vê riscos no quadro de saúde na China que poderiam frear a recuperação, enquanto a guerra russa na Ucrânia poderia ter uma escalada. As condições financeiras globais mais apertadas poderiam ainda piorar problemas na dívida, acrescenta, citando também que os mercados financeiros poderiam ter reprecificação repentina, em resposta a notícias adversas na inflação, enquanto a maior fragmentação geopolítica poderia afetar o progresso

O FMI acredita que os Estados Unidos terão crescimento de 1,4% em 2023, quando em outubro esperavam alta menor, de 1,0%. Já para 2024 houve revisão em baixa na expectativa para o crescimento econômico no país, de 1,2% a 1,0%.

Para a China, houve revisão em alta mais forte para 2023, de 4,4% de crescimento esperados em outubro para 5,2%, diante da reabertura econômica local. No caso de 2024, o FMI manteve a projeção de aita de 4,5% no PIB chines.

Na zona do euro, a projeção é para alta de 0,7% no PIB no ano atual (de alta de 0,5% antes projetada) e de 1,6% em 2024 (de 1,8% anteriormente).

Apenas na Alemanha, o FMI espera agora crescimento de 0,1% no ano atual, quando em outubro apontava para contração de 0,3%, e em 2024 projeta avanço de 1,4% no PIB ale-mão (de alta de 1,5% anteriormente prevista).

O Reino Unido, por sua vez, deve sofrer contração de 0,6% em seu PIB neste ano, menor que o recuo de 0.9% antes previsto, com alta de 0,9% no PIB em 2024 (de alta de 0,6% antes prevista). Já para o caso da Rússia, a expectativa do Fundo é de crescimento de 0,3% no ano atual e de 2.1% no proximo, revisões em alta de 2,6 e 0,6 pontos porcentuais, respectivamente.

Para o Japão, o FMI projeta crescimento de 1,8% neste

ano e de 0,9% no próximo. Houve um a alta de 0,2 pontos porcentuais na projeção para este ano, mas corte de 0,4% para 2024.

O FMI revisou para cima a projeção do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e agora espera crescimento de 1.2% neste ano. Em sua última divulgação, em outubro, o organismo estava menos otimista e esperava 1,0%. Já para 2024 houve revisão para baixo na expectativa de alta do PIB brasileiro, de 1,9% a 1,5%.

Apesar disso, o Brasil figura entre as projeções de crescimento mais tímidas entre os seus pares da América Latina e de mercados emergentes, perdendo apenas para a África do Sul no próximo ano. Por outro

lado, em 2023, crescerá em linha com a estimativa média do FMI para economias desenvolvidas, conseguindo ficar à frente de países como Espanha, França e Itália.

O Brasil recebe poucas menções, no relatório do Fundo. É citado entre os países nos quais o núcleo da inflação está desacelerando, após a conclusão de ciclos de aperto monetário. Analistas privados, porém, acreditam que a taxa básica de juros (Selic) pode subir mais.

"O núcleo da inflação está diminuindo em algumas economias que concluíram seu ciclo de aperto, como o Brasil", diz o FMI, no relatório. O Fundo menciona também o fato de o apoio fiscal no Brasil ter sido "maior que o esperado", o que ajuda a apoiar o crescimento regional.

Para a América Latina e o Caribe, o FMI projeta crescimento de 1,8% neste ano e de 2,1% em 2024. Na comparação com a expectativa registrada em outubro, houve alta de 0,1 ponto porcentual para este ano, mas corte de 0,3 ponto porcentual para 2024.

"A revisão reflete atualizações para o Brasil e para o México devido à resiliência inesperada da demanda doméstica, crescimento acima do esperado nas principais economias parceiras comerciais e, no Brasil, apoio fiscal acima do esperado", afirma o FMI, em seu relatório trimes-

Ouanto a 2024, o Fundo diz que a revisão de sua projeção tem como pano de fundo "condições financeiras mais apertadas", preços mais baixos das commodities exportadas e revisões para baixo no crescimento de parceiros comerciais.

CRÉDITO RECORDE

Caterpillar tem queda no lucro líquido para US\$ 1,45 bilhão no 4° trimestre

líquido de US\$ 1,454 bilhão no quarto trimestre de 2022, ou ÚS\$ 2,79 por ação, com lucro por ação ajustado de US\$ 3,86. Analistas ouvidos pelo FactSet previam lucro por ação ajustado de US\$ 4,02 no balanço mais recente, portanto o resultado veio abaixo do esperado. Em igual período do ano passado, o lucro líquido havia sido de US\$ 2,12 bilhões, com lucro por ação de US\$ 4,91, ou US\$ 2,69 após ajustes.

As vendas e receitas para o quarto trimestre de 2022 ficaram em US\$ 16,6 bilhões, um crescimento de 20% na comparação anual. Este resultado superou a previsão dos analistas, de US\$ 15,82 bilhões.

As receitas somaram US\$ 2,73 bilhões em 2022, um aumento de US\$ 172 milhões, ou 7%, em comparação com US\$ 2,56 bilhões em 2021. O lucro foi de US\$ 535 milhões em 2022, um aumento de US\$ 30 milhões, ou 6%, em comparação com US\$ 505 milhões em 2021.

O aumento nas receitas deveu-se principalmente a um impacto favorável de US\$ 151 milhões de taxas de financiamento médias mais altas e sos eram de 1,89%, em com-

A Caterpillar registrou lucro um impacto favorável de US\$ 55 milhões de equipamentos devolvidos ou retomados, parcialmente compensados por um impacto desfavorável de US\$ 38 milhões de ativos de rendimento médio mais baixo.

O lucro antes do imposto de renda foi de US\$ 731 milhões em 2022, um aumento de US\$ 36 milhões, ou 5%, em comparação com US\$ 695 milhões em 2021. O aumento deveu-se principalmente a um impacto favorável de US\$ 55 milhões de equipamentos devolvidos ou recuperados, parcialmente compensado por US\$ 19 milhões impacto desfavorável de ativos com rendimentos médios mais baixos.

A provisão para imposto de renda refletiu uma alíquota anual de 26% para 2022 e

Em 2022, o volume de novos negócios no varejo foi de US\$ 11,36 bilhões, uma queda de US\$ 1,74 bilhão, ou 13%, em comparação com US\$ 13,10 bilhões em 2021. A queda foi impulsionada pelo menor volume em todos os segmentos, com exceção de um aumento na América Latina.

No final de 2022, os atra-



Caterpillar: as vendas e receitas para o quarto trimestre de 2022 ficaram em US\$ 16,6 bilhões, um crescimento de 20%

paração com 1,95% no final de 2021. As baixas, líquidas de recuperações, foram de \$ 46 milhões para 2022, em comparação com US\$ 205 milhões para 2021. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para perdas de crédito totalizou US\$ 346 milhões, ou 1,29% dos recebíveis financeiros, em comparação com US\$ 337 milhões, ou 1,22% dos recebíveis financeiros em 31 de dezembro de 2021.

As receitas chegaram a US\$ 724 milhões no quarto trimestre de 2022, um aumento de US\$ 81 milhões, ou 13%, em comparação com US\$ 643 milhões no quarto trimestre

de 2021. O lucro do quarto trimestre de 2022 foi de US\$ 118 milhões, uma redução de US\$ 4 milhões, ou 3%, em comparação com US\$ 122 milhões no quarto trimestre de 2021.

O aumento nas receitas deveu-se principalmente a um impacto favorável de US\$ 97 milhões de taxas de financiamento médias mais altas, parcialmente compensado por um impacto desfavorável de \$ 14 milhões de ativos de rendimento médio mais baixos.

O lucro antes do imposto de renda do quarto trimestre de 2022 foi de US\$ 151 milhões, uma redução de US\$ 28 milhões, ou 16%, em comparação com US\$ 179 milhões no quarto trimestre de 2021. A queda foi principalmente devido a um impacto desfavorável de US\$ 37 milhões de uma provisão maior para crédito perdas, parcialmente compensadas por um impacto favorável de US\$ 12 milhões de uma redução nas despesas gerais, operacionais e admi-

Durante o quarto trimestre de 2022, o volume de novos negócios no varejo foi de US\$ 2,76 bilhões, uma queda de US\$ 666 milhões, ou 19%, em comparação com US\$ 3,42 bilhões no quarto trimestre de 2021. A queda foi impulsionada principalmente pelo menor volume na América do Norte, EAME e segmentos da Ásia/Pacífico.

"Estamos muito satisfeitos com o desempenho de nossos negócios em 2022, especialmente com a saúde de nosso portfólio global, encerrando o ano com a menor porcentagem de atrasos de final de ano em mais de 15 anos", disse Dave Walton, presidente da Caterpillar. "A equipe continua comprometida em apoiar nossos clientes e executar nossa estratégia."

Economia Diário Comercial Quarta-feira, 1º de fevereiro de 2023

INVESTIMENTOS

ExxonMobil aumenta o lucro, mas receita decepciona no 4º trimestre

A receita da empresa norte-americana de petróleo e gás aumentou para US\$ 95,43 bilhões entre outubro e dezembro, ante US\$ 84,97 bilhões no mesmo intervalo do ano anterior, mas ficou abaixo do consenso da FactSet



ExxonMobil: o caixa aumentou US\$ 22,9 bilhões em 2022. As distribuições aos acionistas foram de US\$ 29,8 bilhões, incluindo US\$ 14,9 bilhões em dividendos e US\$ 14,9 bilhões em recompras de açõe:

lucro líquido US\$ por ação, segundo balanço dianno de US\$ 8,8 / biinoes (US\$ 2,08 por ação) que a maior petrolífera dos EUA apurou em igual período de 2021. Com ajustes, a ExxonMobil teve lucro por ação de US\$ 3,40 no trimestre, acima da projeção de analistas consultados pela FactSet, de US\$ 3,29. Já a receita da ExxonMobil aumentou para US\$ 95,43 bilhões entre outubro e dezembro, ante US\$ 84,97 bilhões no mesmo intervalo do ano anterior, mas ficou abaixo do consenso da FactSet, de US\$ 97,35 bilhões. Em todo o

ano de 2022, a ExxonMobil garantiu lucro líquido recorde de US\$ 55,7 bilhões.

"O trabalho árduo e o comprometimento de nosso pessoal nos permitiram entregar resultados operacionais e finanvulgado nesta terça-feira. O re- ceiros líderes do setor e retorsultado é 44% maior do que o nos aos acionistas em 2022", aisse Darren woods, presidente e diretor executivo.

Ele afirmou que, embora os resultados tenham se beneficiado claramente de um mercado favorável, os investimentos anticíclicos, que fizemos antes e durante a pandemia, forneceram a energia e os produtos de que as pessoas precisavam quando as economias começaram a se recuperar e os suprimentos ficaram escassos. "Nós nos inclinamos para dentro quando outros se inclinaram para fora. Nosso

plano para 2023 exige mais progresso em nossos objetivos estratégicos, que incluem liderar o setor em segurança, operação e desempenho financeiro. Continuaremos a investir em nossos projetos vantajosos para gerar crescimento lucrativo, ajudar a atender às crescentes necessidades da sociedade e reduzir as emissões em nossas operações, ao mesmo tempo em que fornecemos soluções inovadoras que ajudam outras pessoas

a reduzir as suas". Os ganhos do ano de 2022 foram de US\$ 55,7 bilhões, em comparação com US\$ 23,0 bilhões em 2021, um aumento de US\$ 32,7 bilhões. Os itens identificados impactaram desfavoravelmente os lucros em US\$ 3,4 bilhões, principalmente devido às deficiências de Sakhalin-1 no primeiro trimestre. O lucro excluindo esses itens identificados foi de US\$ 59,1 bilhões, um aumento de US\$ 36,1 bilhões em relação ao ano

Outros fatores que impactaram os resultados foram as melhorias de preço e margem impuisionadas pela demanda em recuperação e oferta apertada, o impacto favorável de marcação a mercado de derivativos não liquidados e aumentos de volume em forte processamento de refino e crescimento de ativos favorecidos.

A economia de custos estruturais e o gerenciamento disciplinado de despesas ajudaram a compensar a inflação e os custos operacionais mais altos de projetos de crescimento e acréscimos de capacidade. Além disso, os resultados também se beneficiaram de custos Corporativos e Financeiros mais baixos, bem como itens extraordinários líquidos favoráveis.

As economias de custos estruturais agora totalizam US\$ 7 bilhões em comparação com 2019. A empresa obteve uma economia adicional de US\$ 2 bilhões durante o ano e está a caminho de entregar US\$ 9 bilhões de economia anual total em 2023 vs. 2019.

O caixa aumentou US\$ 22,9 bilhões em 2022, com fluxo de caixa livre de US\$ 62,1 bilhões. As distribuições aos acionistas foram de US\$ 29,8 bilhões, incluindo US\$ 14,9 bilhões em dividendos e US\$ 14,9 bilhões em recompras de ações. A empresa também aumentou e ampliou seu programa de recompra de acões com até US\$ 35 bilhões em recompras cumulativas de ações em 2023-2024.

A Corporação declarou um dividendo de US\$ 0,91 por ação no primeiro trimestre, pagável em 10 de março de 2023, aos acionistas registrados com Ações Ordinárias no techamento dos negocios em 14 de fevereiro de 2023.

A relação dívida líquida sobre capital melhorou para cerca de 5%, refletindo baixas de dívida de US\$ 7,2 bilhões em 2022 e um saldo de caixa no final do período de US\$ 29,7 bilhões, fortalecendo ainda mais o balanço e proporcionando maior flexibilidade financeira.

As vendas e desinvestimentos de ativos não essenciais geraram US\$ 5,2 bilhões em caixa durante o ano.

SOLUÇÕES ENERGÉTICAS

Grupo Energisa pretende investir até R\$ 6 bilhões

O Grupo Energisa anunciou investimentos na ordem de R\$ 6 bilhões em 2023, reforçando a estratégia de crescimento e diversificação do portfólio da empresa. O valor é quase 10% superior ao planejado para 2022, além de ser o maior volume da história do Grupo para um ciclo anual.

"Estamos criando um ecossistema completo de soluções energéticas. Fornecemos serviços essenciais para mais de 20 milhões de pessoas em 862 municípios de todas as regiões do Brasil, mantendo no centro da nossa proposta de valor os serviços regulados de distribuição e transmissão, que asseguram confiabilidade, universalização e acesso à energia elétrica para todos. Ao mesmo tempo, nosso crescimento também prevê a diversificação do portfólio, contemplando a geração distribuída, geração e comercialização de por R\$ 1,1 bilhão de investi-

energia para o mercado livre e serviços de valor agregado ofertados através da (re)energisa", declara Ricardo Botelho,

CEO do Grupo Energisa. A Distribuição, base de negócio do Grupo, irá destinar seus investimentos na expansão de redes e ligação de novas unidades consumidoras, melhoria da qualidade e da prestação de serviço para os clientes, adequação às exigências regulatórias, bem como ampliar o acesso à energia a regiões mais remotas do Brasil, através dos programas 'Mais Luz para Amazônia' e 'Luz para Todos'. Entre as distribuidoras, o destaque fica por conta da Energisa Mato Grosso, que irá receber mais de R\$ 900 milhões, impulsionado, principalmente, pelas demandas do agronegócio no

A (re) energisa responderá

mentos destinados à produção de energia renovável, serviços de valor agregado e demais soluções energéticas, tais como tecnologias de armazenamento em baterias, para comercialização para clientes pessoas físicas e jurídica em diversas regiões do país. "O Grupo Energisa está pronto para atender as mais diversas necessidades dos nossos clientes por serviços energéticos e comercialização de energia elétrica capitalizando em nossa experiencia centenária no setor", complementa Botelho.

Com 117 anos de história, a Energisa é o maior grupo privado com capital nacional do setor elétrico brasileiro. O portfólio abrange 10 distribuidoras, 12 concessões de transmissão, geração de grande porte renovável, uma marca inovadora de soluções ener-

SALÁRIO RECUA

Brasil abriu 2 milhões de vagas formais em 2022

O Brasil criou 2.037.982 vagas com carteira assinada em 2022, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados na terça--feira, 31, pelo Ministério do Trabalho. O resultado decorreu de 22.648 395 de admissões e de 20.610.413 de demissões. Em 2021 foram criadas 2.776.733 vagas, na série com ajustes.

O resultado ficou menor do que a mediana positiva de 2,100 milhões de postos de trabalho, conforme a mediana das estimativas na pesquisa, cujo intervalo ia de abertura líquida de 1.975.434 a 2.200.000 de vagas.

Após a criação de 130.545 vagas em novembro (dado agora revisado), o mercado de trabalho formal registrou um saldo negativo de 431.011 vagas com carteiras assinadas em dezembro. O resultado decorreu de 1.382.923 admissões e de 1.813.934 demissões.

O dado mensal do Caged ficou mais negativo do que a mediana das expectativas que apontava para fechamento de 340 mil. As projeções eram de encerramento de 464.173 mil postos formais a 282 mil.

A abertura líquida de 2.037.982 vagas de trabalho com carteira assinada em 2022 no Caged foi puxada pelo desempenho do setor de serviços, com a criação de 1.176.502 postos formais, seguido pelo comércio, que abriu 350.110 vagas.

Na indústria em geral, houve a criação de 251.868 vagas de janeiro a dezembro do ano passado, enquanto houve um saldo positivo de 194.444 postos de trabalho na construção civil. Na agropecuária, foram abertas 65.062 vagas em 2022.

No ano passado, em todas as 27 Unidades da Federação foram registrados resultados positivos no Caged. O melhor desempenho foi novamente registrado em São Paulo, com a abertura de 560.986 postos de trabalho.

O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada chegou a R\$ 1.944,17 em 2022. Comparado ao ano anterior, houve redução real de R\$ 90,99.

Já o fechamento de 431.011 vagas em dezembro também foi puxado pelo setor de serviços, que acumulou um saldo negativo de 188 064 postos de trabalho no mês, seguido da indústria geral, que fechou 114.246 vagas.

Na construção, houve o fechamento de 74.505 postos; a agricultura registrou o saldo negativo de 36.921 vagas e o comércio fechou 17.275 postos.

APOSENTADORIA

França tem nova greve geral contra proposta de reforma da Previdência expande 0,1% no 4º trimestre

O plano prevê além do aumento da idade mínima de aposentadoria, o aumento do tempo mínimo de contribuição para aposentadoria integral para 43 anos

França voltou a registrar grandes protestos na terça-feira, 31, quando frentes sindicais de diversas categorias convocaram uma nova greve geral contra a reforma da Previdência apresentada pelo governo de Emmanuel Macron, que pretende aumentar a idade mínima de aposentadoria dos 62 para os 64 anos. Os protestos de rua são o segundo ato convocado pelos sindicatos, que há duas semanas reuniram mais de 1 milhão de pessoas nas ruas das principais cidades do país. Os serviços de inteligência

da França esperam que cerca de 1,2 milhão de manifestantes saiam às ruas na terça, um número similar ao da primeira jornada de manifestações da semana passada. Confirmaram adesão à paralisação trabalhadores dos transportes, do setor de energia, professores do ensino básico e até mesmo policiais e outros agentes da segurança pública.

O funcionamento de ônibus, trens e bondes em cidades como Paris e Nice foram total ou parcialmente interrompidos, e o serviço de trens de alta velocidade foram afetados "de forma significativa", de acordo com operadoras ferroviárias. A Air France estimou que um em cada 10 voos de curta e média distância seria cancelado.

Metade dos professores do ensino público, da pré-escola ao ensino médio, não deve trabalhar, de acordo com os sindicatos que convocaram os protestos. Segundo o ministro do Interior, Gérald Darmanin, onze mil policiais e gendarmes fiscalizarão os atos de terça-feira -

4 mil deles apenas em Paris. "A primeira-ministra Élisabeth Borne não pode continuar ignorando esta formidável mobilização que se criou: 'ouça o descontentamento que está sendo expresso em todos os



Emmanuel Macron: a reforma da Previdência apresentada pelo governo pretende aumentar a idade mínima de aposentadoria dos 62 para os 64 anos

líder da Confederação Francesa Democrática do Trabalho, uma das principais entidades sindicais da França, na segunda-feira, 30.

Borne assegurou no domingo (29) que o adiamento progressivo até 2030 da idade de aposentadoria de 62 para 64 anos "não era mais negociável", enfurecendo a oposição de esquerda, que pediu uma "moção popular de censura" nas ruas, onde foram convocadas 240 manifestações.

O novo dia de protesto pode aumentar a tensão na Assembleia Nacional, a Câmara Baixa do Parlamento francês, que iniciou na véspera a revisão da reforma e tem menos de uma semana para debalugares", pediu Laurent Berger, ter 7 mil emendas apresentadas ao projeto original, que deve ser levado ao plenário na segunda-feira.

O plano atual, apresentado pela primeira-ministra Élisabeth Borne no último dia 10, prevê além do aumento da idade mínima de aposentadoria, o aumento do tempo mínimo de contribuição para aposentadoria integral (de 42 para 43 anos). Ha dispositivos diferenciados para quem começou a trabalhar antes dos 20 anos e para aqueles que interromperam suas carreiras por motivo de saúde ou pessoais - como no caso de mulheres que ficaram períodos sem tra-

balhar para cuidar dos filhos. Com a já anunciada rejeição da frente de esquerda e da extrema direita, o governo espera o apoio do partido de direita Os Republicanos (LR), favorável a uma reforma, mas dividido sobre a proposta atual, afirmou o deputado Stéphane Viry um dia antes.

Sabendo que seus votos são fundamentais, os legisladores da LR aumentam suas exigências sobre a reforma em vários dos pontos mais impopulares: melhor consideração para mulheres sem carreira de trabalho contínua, para aquelas que começaram a trabalhar jovens, entre outros.

No entanto, o adiamento da aposentadoria para 64 anos e a antecipação para 2027 da exigência de contribuir por 43 anos - e não 42 como atualmente - para receber uma pensão completa provoca a oposição da opinião pública, que avança, apesar do esforço do governo para convencê-la do contrário.

Em Haia (Holanda), Emmanuel Macron, de 45 anos, voltou a defender na segunda-feira uma reforma "indispensável", especialmente quando a idade de aposentadoria na França é uma das menores da Europa, para "salvar" um sistema que, segundo o governo, enfrentaria um déficit no futuro.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) expressou seu apoio ao presidente francês na segunda-feira, manifestando-se a favor de uma reforma que, juntamente com a aprovada sobre o seguro-desemprego, permitiria à França reduzir a sua dívida pública, que supera 110% do PIB.

CRISE DE ENERGIA

PIB da zona do euro se

O Produto Interno Bruto (PIB) da zona do euro cresceu 0,1% no quarto trimestre de 2022 ante o terceiro trimestre, segundo dados preliminares divulgados na terça--feira, 31, pela Eurostat, como é conhecida a agência de estatísticas da União Europeia (UE), apesar dos efeitos da crise de energia deflagrada pela guerra da Rússia na Ucrânia.

O resultado superou a expectativa de analistas consultados pelo The Wall Street Journal, que previam contração de 0,1% da economia do bloco no último trimestre do ano passado, mas também marcou desaceleração ante o ganho de 0,3% verificado no terceiro trimestre ante o

Na comparação anual, o PIB da zona do euro se expandiu 1,9% entre outubro e dezembro. Neste caso, o consenso no levantamento do WSJ era de acréscimo de 1,7%. Em todo o ano de 2022, a economia do bloco teve crescimento de 3,5% em relação ao ano anterior, informou a Eurostat.

A economia da zona do euro cresceu mais rápido que a China e os Estados Unidos no ano passado, em uma mostra de quanto a pandemia continua a afetar os padrões tradicionais de crescimento pelo mundo. Dados publicados na terça-feira (31) pela agência europeia de estatísticas, Eurostat, mostraram que a zona do euro cresceu à taxa anualizada de 0,5% no quarto trimestre, com custos mais altos de energia pesando sobre os gastos dos consumidores.

O dado se traduziu em crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da zona do euro de 3,5% em todo o ano de 2022, superior ao visto na China e nos EUA. Isso não é habitual. Há décadas, a economia global tem visto a China crescer com mais força, seguida pelos EUA e pela zona do euro. O padrão foi rompido no ano passado, ante a abertura irregular das maiores economias diante dos efeitos da covid-19.

Dados publicados na quinta-feira passada mostraram que a economia dos EUA cresceu 2,1% em 2022, forte desaceleração após a alta de 5,9% do ano anterior. Neste mês, a China informou que cresceu 3%, bem abaixo dos 8% de 2021. A última vez que as economias nacionais combinadas que formam a zona do euro cresceram a um ritmo mais forte do que a China e os EUA havia sido em 1974.

A China, de qualquer modo, agora abandona sua política mais rígida contra a covid-19 e deve retomar a condição de maior crescimento entre as três grandes áreas econômicas. É a guerra na Ucrânia pesa mais na economia europeia que nas demais. A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, disse em Davos neste mês que "2022 foi um ano estranho". Segundo ela, "esses não são números normais, este não é o ranking normal que você vê".

O PIB da Itália encolheu 0,1% no quarto trimestre de 2022 ante o terceiro trimestre. O resultado superou a expectativa de analistas consultados pelo The Wall Street Journal, que previam queda de 0,2% da economia italiana no último trimestre do ano passado, mas veio após expansão de 0,5% no terceiro trimestre ante o segundo e também marcou a primeira contração desde o último trimestre de 2020. Na comparação anual, o PIB italiano se expandiu 1,7% entre outubro e dezembro. Neste caso, o consenso no levantamento do WSJ era de alta de 1,6%. Em todo o ano de 2022, a Itália cresceu 3,9%, informou

MESQUITA

Sobe para 93 o número de mortos em ataque com homem-bomba no Paquistão

Aumentou para 93 o número haver ainda mais corpos. "Não de mortos no atentado suicida que ocorreu na segunda-feira, 30, em uma mesquita na cidade de Peshawar, no noroeste do Paquistão. Há ainda mais de 150 feridos, dos quais 50 seguem internados no Hospital Lady Reading, conforme atualização divulgada pelo porta-voz da unidade, Asim Khan, na terça-feira, 31. A maioria das vítimas eram policiais.

O ataque ocorreu durante as orações da tarde na cidade, em uma mesquita no quartel-general da polícia, um centro residencial e de treinamento para policiais. Mais de 300 pessoas estavam no complexo quando um homem-bomba detonou os explosivos, provocando o desabamento do telhado da mesquita. Esse foi considerado um dos piores atentados terroristas contra as forças de segurança do Paquistão.

Após mais de 20 horas de operações de resgate, as forças continuam removendo os escombros do local, onde pode

podemos usar máquinas pesadas porque temos que levar em conta a santidade de qualquer mártir ou ferido que possa estar sob os escombros", disse o porta-voz dos serviços de resgate de Peshawar, Bilal Faizi.

As forças de segurança realizaram serviços funerários na segunda-feira para 27 dos policiais mortos no ataque, dispensados com honras pela polícia de Peshawar, em caixões cobertos com a bandeira paquistanesa e coroas de flores.

Sobre os mandantes do ataque, embora uma mensagem em uma conta do Twitter associada ao comandante taleban paquistanês Mohmand reivindique a responsabilidade, as autoridades não confirmaram a veracidade da conta. Além disso, o Tehreek-e-Taliban Pakistan (TTP), principal grupo taleban paquistanês, negou seu envolvimento no ataque a um espaço sagrado, ação que seria contra

as regras do grupo terrorista. "Em relação ao incidente de Peshawar, consideramos necessário esclarecer que Tehreek--e-Taliban Paquistão não tem nada a ver com ele", disse o porta-voz do grupo fundamentalista, Muhammed Khurasanirta, em um comunicado. Ainda segundo o porta-voz, qualquer ação em mesquitas, madrassas ou escolas corânicas, funerais e outros locais sagrados é uma ofensa punível.

O primeiro-ministro do Paquistão, Shehbaz Sharif, e o chefe do Estado-Maior do Exército, general Asim Munir, visitaram Peshawar após o ataque para acolher os feridos e revisar no local a situação de segurança na região, que registrou um aumento nos ataques no ano passado.

"A magnitude da tragédia humana é inimaginável. Este é um ataque ao Paquistão. A nação está sobrecarregada com o profundo sentimento de luto", disse o primeiro-ministro no Twitter após a visita. "Não tenho dúvidas de que o terrorismo é nosso principal desafio de segurança nacional", acrescentou.

Em março de 2022, um ataque suicida em Peshawar foi reivindicado pelo Estado Islâmico do Khorasan, ou Isis-K, na sigla em inglês, deixando 64 mortos, o mais letal em solo paquistanês desde 2018. O grupo não assumiu a autoria do incidente mais recente.

O Isis-K surgiu em 2014, durante os 20 anos de invasão dos Estados Unidos e de seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que começou nas semanas seguintes aos ataques de 11 de Setembro de 2001 nos EUA.

Washington acusava o Taleban, à época à frente de Cabul, de abrigar Osama bin Laden, o chefe da Al-Qaeda e cérebro por trás dos maiores atentados terroristas da História americana. Ele, contudo, só seria morto dez anos depois, em maio de 2011, em Abbottabad, no Paquistão, a cerca de 200 km de Peshawar.

A invasão chegou ao fim com uma retirada caótica em

agosto de 2021 que coincidiu com o retorno do Taleban ao poder após uma ofensiva relâmpago, piorando a drástica situação humanitária e econômica deixada pelas duas décadas de ocupação. O Isis-K, contudo, também é inimigo dos taleban, e faz com frequência ataques terroristas em território afegão.

O Paquistão também enfrenta uma deterioração da situação de segurança desde a mudança no país vizinho. Após vários anos de calma relativa, o país voltou a ver ataques frequentes do ramo paquistanês dos taleban, o Tehreek-e-Taleban Paquistão, do Isis-K e de grupos separatistas do Baluquistão, região no Planalto Iraniano que compreende partes do Irã, do Afeganistão e do Paquistão.

À relação do Paquistão com Cabul é marcada por demandas para que o Taleban e grupos adjacentes parem de usar seu território para planejar ataques. As autoridades taleban, contudo, negam que isso ocorra.

MEIO AMBIENTE

Lula garante que é possível criar uma economia verde sem poluir o País

O presidente afirmou que o Brasil terá uma economia baseada efetivamente na construção de alternativas energéticas limpas e poderá cobrar dos países ricos o crédito de carbono

presidente Luiz . Inácio Lula da Silva (PT) relatou na terça-feira, 31, mais trechos de sua conversa com o chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, com quem se reuniu na véspera no Palácio do Planalto. "Eu disse textualmente à Alemanha que nunca iremos transformar Ámazônia em santuário da humanidade", contou o petista, que reiterou sua disposição em fomentar a pesquisa na floresta "por quem entende". Lula participou, no Palácio do Planalto, de solenidade para marcar a criação do Conselho de Participação Social,

Lula reafirmou que é possível criar uma economia verde no País, sem poluição na Amazônia e com olhos para a questão climática, que estaria "na nossa cara todo dia". "Que possamos cobrar dos países ricos o tal do crédito de carbono", afirmou o presidente. "Vamos ter economia baseada efetivamente na construção de alternativas energéticas limpas", acrescentou.

O combate à violência contra a mulher foi outro ponto do discurso de Lula, que pediu penas severas para homens agressores e sinalizou a disposição de que, até o final do seu mandato, os índices de feminicídio e agressão caiam ao menor índice da

Ao longo do pronunciamento no Palácio do Planalto, Lula destacou que o governo está no início, e com alguns ministérios ainda incompletos. É o caso do Ministério dos Povos Indígenas, comandado por Sônia Guajajara. "Quase todos os ministérios estão com problemas para cumprir a meta que se propuseram a cumprir", afirmou o petista, em nova reclamação sobre as restrições orçamentárias.

Lula reiterou ainda que já assinou o decreto para tirar definitivamente os garimpeiros das terras ianomâmis e repetiu que voltou à Presidência "sem qualquer espírito de vingança".

Ainda sob a desconfiança do mercado em relação à responsabilidade fiscal do novo governo, Lula afirmou ser uma pessoa que defende muito a estabilidade econômica. "Eu sou uma pessoa que defende muito a estabilidade econômica. Eu quero seriedade fiscal, mas eu quero seriedade política, quero seriedade social. Porque é verdade que temos muitas dívidas para pagar, mas a dívida impagável há cinco séculos é a dívida social com o povo brasileiro", declarou o petista no Palácio do Planalto. Lula voltou a prometer acabar com a fome do País e fazer o reajuste real do salário mínimo - ou seja, acima da inflação - embora tenha reconhecido que neste ano "será difícil".

Ainda sob a desconfiança do mercado em relação à responsabilidade fiscal do novo governo, o presidente afirmou ser uma pessoa que defende muito a esta-

bilidade econômica. "Eu sou uma pessoa que defende muito a estabilidade econômica. Eu quero seriedade fiscal, mas eu quero seriedade política, quero seriedade social. Porque é verdade que temos muitas dívidas para pagar, mas a dívida impagável há cinco séculos é a dívida social com o povo brasileiro", declarou o presidente da República no Palácio do Pla-

Lula voltou a prometer acabar com a fome do País e fazer o reajuste real do salário mínimo - ou seja, acima da inflação embora tenha reconhecido que

neste ano "será difícil". O presidente afirmou também que a Rússia está errada em invadir a Ucrânia. Ainda



Lula reafirmou que é possível criar uma economia verde no País, sem poluição na Amazônia e com olhos para a questão climática, que estaria "na nossa cara"

POLÍTICAS PÚBLICAS

Presidente cria conselho para poder negociar com os movimentos sociais

(PT) assinou na terça-feira, 31, o decreto que cria o Conselho de Participação Social. O órgão vai reunir representantes da sociedade civil e de movimentos sociais, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento dos Trabalhos Sem Terra (IVIST), em um grupo para discutir políticas públicas e negociar demandas diretamente com a Presidência. No discurso de assinatura da medida, o petista disse que é necessário "acabar com o fascismo impregnado" em parte da população.

O Conselho será presidido por Lula, mas a coordenação dos trabalhos ficará a cargo do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo (PT). O grupo contará com 68 representantes de movimentos e entidades da sociedade civil, que deve se reunir a cada três meses. Segundo Lula, a criação do colegiado é "uma obra e uma ideia" da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja.

Durante a cerimônia de assinatura, Lula mostrou à plateia os tapumes e a falta de persianas no Palácio do Planalto por causa da invasão de golpista no último dia 8 de janeiro. Segundo o presidente, as marcas no prédio são a prova de que houve uma vitória eleitoral, mas o governo ainda precisa enfrentar o fascismo.

"Ganhamos uma eleição, mas a causa que nos fez chegar aqui ainda está engatinhando para que a gente possa conquistá-la", disse Lula. "Nós derrotamos um presidente, mas ainda não derrotamos o fascismo que foi impregnado na cabeça de milhões de brasileiros", prosseguiu.

A criação do colegiado foi uma pro-

durante a transição de governo. Em dezembro do ano passado, o petista recebeu lideranças do MST, do Movimento Negro Unificado (MNU), das centrais sindicais e de organizações estudantis. Na ocasião, os participantes pediram a Luia que o grupo organize a retomada do orçamento participativo junto

Lula pediu que os movimentos populares tenham paciência com o governo, pois, segundo ele, a montagem dos ministérios só foi concluída no último dia 24 por causa das crises recentes que desestabilizaram o País. O presidente, porém, garantiu que as entidades serão tratadas com "igualdade" e terão suas demandas ouvidas pela Presidência e pelos ministros.

"Estamos num processo de reconstrução desse País. Quem já tentou reconstruir o seu barraco, uma reforma, sabe que é mais difícil do que construir uma coisa nova", afirmou. "Vocês vão ajudar a gente a reconstruir ou a construir uma coisa nova, com participação efetiva", prosseguiu. "A gente não pode mais permitir retrocesso nesse país. Eu pensei que tivéssemos acabado com a fome e a fome voltou mais uma vez", disse.

O ministro Macêdo disse na terça que já iniciou o diálogo com a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), para criar o Plano Plurianual (PPA) participativo, que deve guiar o orçamento com participação popular. O ministro ainda aproveitou o discursou para atacar o que chamou de política de desmonte dos conse-

lhos sociais durante o governo Bolsonaro. Antes de assinar o decreto, Lula ainda

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva messa de Lula aos movimentos sociais afirmou que os conselheiros contribuirão para aprovar política voltadas às mulheres. Segundo ele, o objetivo do governo na área é garantir que as taxas de feminicídio sejam as menores da história durante o seu governo. "A luta contra o feminicídio é uma luta sem trégua", disse.

> (O feminicidio) e um problema cultural, de educação. O homem tem que aprender que a mulher não foi feita para apanhar. A mulher foi feita para ser parceira, fazer política. Mulher foi feita para ser igual, inclusive no mercado de tra-

> Na terça, a coordenadora nacional do MNU, Simone Nascimento, discursou na cerimônia de assinatura do decreto e colocou a revogação do teto de gastos públicos como "condição primária" para a retomada do orçamento participativo no Plano Plurianual, que deve ser uma das principais atribuições do Conselho. A militante ainda indiciou que o grupo deve pressionar Lula para que não sejam tomadas medidas de anistia aos membros do governo Jair Bolsonaro (PL). A palavra de ordem "sem anistia" se tornou a principal bandeira de setores de esquerda no atual governo.

> "O Brasil precisa continuar seguindo esses rumos da democracia, como vimos na revogação (por Lula) do decreto que impunha limites à participação de movimento sociais em conselhos", afirmou Simone. "Sem participação popular, não poderemos reconstruir a democracia no Brasil" Esperamos que o conselho seja um espaço de diálogo efetivo e constante com o senhor (Lula) e o ministro (Márcio Macêdo)", completou.

criticada. Em outra ocasião, o petista afirmou que, se fosse no Brasil, a questão teria sido resolvida "tomando cerveja", o que também repercutiu nega-

tivamente. O presidente fez um apelo também à população brasileira: a cobrança sobre o governo por uma definição em torno da residência presidencial. "Vocês precisam me ajudar a reivindicar o direito de ter onde morar. Já faz mais de 45 dias que estou no hotel, não é uma brincadeira", afirmou. "Eu preciso ter onde morar, se não vou abandonar minha causa daqui para frente", acrescentou.

Lula e a primeira-dama Rosângela da Silva estão hospedados em um hotel em Bra-

Lula solicita ao Congresso retirada de 18 indicações

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva solicitou ao Congresso Nacional a retirada de 18 indicações feitas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro a cargos para agências reguladoras, embaixadas, Defensoria Pública da União e Organização Mundial do Comércio. As mensagens estão publicadas no Diário Oficial da União de terça-feira, dia 31. Lula já tinha afirmado, em 12 de janeiro, durante café com jornalistas no Palácio do Planalto, que "não pode ficar ninguém que seja suspeito de ser bolsonarista raiz" dentro do governo.

A poucas semanas de encerrar sua gestão, o ex-presidente Jair Bolsonaro acelerou uma série de indicações de aliados a cargos de diversas áreas, em especial para embaixadas e diretorias de agências reguladoras. O mesmo valeu para o titular da Defensoria Pública da União, Daniel de Macedo Pereira, que tentou se manter no posto alegando ser vítima de campanha para associá-lo ao bolsonarismo.

Os nomes indicados pelo governo Lula para a retirada das indicações de Bolsonaro foram: Daniel de Macedo - indicado para ser reconduzido ao cargo de defensor público-geral da União; Hélio Ferraz de Oliveira - indicado para a diretoria da Agência Nacional do Cinema (Ancine); André Elias Marques indicado para exercer o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Mineração - ANM; André Ruelli - indicado para o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Ronaldo Jorge da Silva Lima - indicado para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM);

José Mauro Esteves dos Santos - indicado para o cargo de Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN); Jefferson Borges Araujo - indicado para o cargo de Diretor da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN); Luciana Lauria Lopes - indicada para o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq);

Edgar Ribeiro Dias - indicado para o cargo de Ouvidor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); João Paulo Dias de Araújo - indicado para o cargo de Ouvidor da ANS;

André Chermont de Lima indicado para o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Arabes Unidos; Miguel Griesbach de Pereira Franco - indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia;

Paulino Franco de Carvalho Neto - indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa

Sarquis José Buainain Sarquis - indicado para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas;

Reinaldo José de Almeida Salgado - indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos; Paulo Roberto Caminha de Castilhos França

Hélio Vitor Ramos Filho - indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina; Fernando Simas Magalhães - indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana.

assim, sugeriu que Kiev poderia ter agido mais para evitar o conflito. "Continuo achando que quando um não quer, dois não brigam", declarou o presidente ao lado do chanceler alemão, Olaf Scholz, com quem se reuniu no Palácio do Planalto. O presidente também disse não ter interesse em enviar munição à Ucrânia para uso na guerra. O petista justificou a decisão afirmando que o Brasil "é um país

Lula afirmou ter mais clareza atualmente para dizer cabalmente que a Rússia cometeu "um erro", mas ponderou ter ouvido pouco sobre como chegar à paz. "A razão dessa guerra entre Rússia e Ucrânia precisa ficar mais clara", declarou o presidente. Em uma postura nacionalista, a Rússia invadiu a Ucrânia para evitar a adesão do país vizinho à Otan e frear a aproximação com o Ocidente.

O petista se disse disposto a, se preciso for, conversar com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, e com o presidente da Ucrânia, Volodmir Zelenski. Logo após a declaração de Lula, Scholz afirmou que a Alemanha tem uma posição clara, que é contrária à invasão da Ucrânia.

No Palácio do Planalto, Lula reforçou que o Brasil deseja fazer parte do Conselho de Segurança da ONU, que não mais representaria a realidade geopolítica mundial e é incapaz de evitar guerras. Isso seria possível, disse o presidente, a partir do G-4, formado por Brasil, Alema-

nha, Índia e Japão. "Queremos que o Conselho de Segurança da ONU tenha força e mais representatividade", disse o petista.

Apesar da posição expressa na segunda-feira, a opinião de Lula a respeito do conflito causou polêmica quando a guerra despontou, no ano passado. Em entrevista à revista americana Time em maio de 2022, o então pré-candidato à Presidência afirmou que Zelenski 'é tão responsável quanto o Putin" pela invasão russa. "Qual é a razão da invasão da Ucrânia? E a Otan? Os Estados Unidos e a Europa poderiam ter dito: 'A Ucrânia não vai entrar na Otan'. Estaria resolvido o problema", afirmou o petista, na época. A declaração gerou controvérsia e foi

sília desde a transição.

Diário Comercial País 7 Quarta-feira, 1º de fevereiro de 2023

PRESIDÊNCIA

Pacheco promete discutir cargo de senador vitalício

O senador disse que a ideia é honesta e possível, mas não pode ser casuísta, com o fim de se estabelecer proteção a um presidente

presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD--MG), declarou que o cargo de senador vitalício a ex-presidentes da República pode ser discutido junto com o fim da reeleição. De acordo com ele, contudo, tal cargo vitalício não pode ser exercido com o intuito de proteger ninguém.

"Não pode ser uma mudança constitucional que vise solucionar problemas ou questões pessoais do presidente A ou B. A ideia pode ser concebida, discutida, acho até que elevaria a qualidade da discussão do Senado Federal", declarou Pacheco, em entrevista à Globo News na tarde de terça-feira (31).

Na avaliação do senador, é uma ideia honesta e possível, mas "não pode ser casuísta". "Ela não pode ser só com o fim de se estabelecer proteção a um presidente A ou presidente B", afirmou. Segundo Pacheco, a discussão ainda vai levar um "bom tempo" e tem que ser amadurecida.

"Eventualmente esse instituto da possibilidade de um senador vitalício e do próprio fim da reeleição ser projetada para o futuro", disse. "Mas são questões de aperfeiçoamento do ordenamento político e tudo o que vier para o aperfeiçoamento do legislativo para melhorar a qualidade do legislativo obviamente que vamos estar abertos a ouvir sem obviamente fechar questão porque é uma reflexão e decisão que gera muitos reflexos e consequências.'

Pacheco também afirmou na mesma entrevista que manterá um "espírito de colaboração" com o governo, destacando o Parlamento. "Nunca abri mão que a Casa "não pode ser palco



Pacheco: "meu papel é buscar convencimento de senadores de que é preciso continuidade. Vou esgotar as possibilidades" de

de revanchismo e retaliação a outros Poderes". "Torcemos para que o governo dê certo".

"Meu papel é buscar convencimento dos senadores de que é preciso continuidade. Vou buscar esgotar todas as possibilidades de negociação".

Apesar disso, o senador prometeu não privilegiar ninguém se conseguir se reeleger. "Oposição e situação podem ter absoluta segurança que terão toda atenção minha". Ele comparou com sua atuação durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, durante a qual disse que a Casa afirmou "independência".

A eleição à Presidência do Senado acontece na quarta, 1º de fevereiro. Pacheco disse na entrevista que tem "boa projeção" para sua reeleição e afirmou ter recolhido apoio da "maioria dos senadores, dos partidos nos últimos dois anos". O senador diz ter "compromisso" com de defender o Poder Legislativo".

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que irá participar de um almoço para checar os votos de parlamentares à presidência do Senado. "Nosso governo está apoiando a reeleição de Pacheco", disse Tebet, ao deixar a reunião com o Conselho da Febraban, em São Paulo, ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e da ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck. Tebet declarou que Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado e candidato a reeleição, é visto como uma figura capaz de garantir a harmonia necessária entre os Poderes, sem a qual, pontuou a ministra, não é possível falar em baixar a taxa de juros e a inflação, por exemplo. "A democracia é o

Simone Tebet. O presidente do Senado garantiu ainda que pedirá prioridade à discussão da reforma tributária. Na sua avaliação, o

grande guarda-chuva", finalizou

Congresso está pronto para discutir reformas e pautas progressistas. Em sua visão, a unificação tributária não necessariamente será ponto de controvérsia entre oposição e situação.

Ao citar as reformas necessárias, o senador apontou a reforma tributária e a regra fiscal como prioridades no Congresso. "Reforma do código eleitoral, reforma tributária, mudança do marco fiscal e lei das fake news, que precisa ser aprovada no Brasil porque ninguém aguenta mais essa milícia digital que atenta contra a dignidade das pessoas", declarou.

Em sua análise, "qualquer manifestação que vise pregar golpe de Estado é ilícita".

. Sobre a reforma tributária, Pacheco avalia que a unificação tributária não necessariamente será ponto de controvérsia entre oposição e situação. "Vou pedir aos senadores, temos que nos engajar na reforma tributária", garantiu.

POSICIONAMENTO FIRME

Lira diz que ato radical de governo nunca contará com apoio da Câmara

O presidente da Câmara e candidato à reeleição, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na terça--feira (31), em entrevista à Globo News, que qualquer ato radical, seja de governo de direita ou de esquerda, não contará com posição favorável da Casa.

"Na questão dos atos antidemocráticos, de vandalismo, de terrorismo, a Câmara se posicionou firme", disse Lira, em relação aos atos registrados em Brasília no dia 8 de janeiro. Ele afirmou que foram constatadas pela polícia legislativa mais 41 pessoas que participaram dos movimentos golpistas e todas serão entregues amanhã à Procuradoria Geral da República (PGR).

Ele destacou que nunca ninguém lhe ouviu falar de qualquer candidato que ele se oponha ou defenda. Disse ainda que, à frente da Casa, vai continuar apoiando as mesmas pautas de governo que foram trabalhadas durante a gestão do ex-presidente lair Bolsonaro (PL). "Se tivermos que ampliar campo social, vamos ampliar sempre com responsabilidade", ponderou, em sinalização à preocupação com a saúde das contas públicas e o crescimento econômico do

Arthur Lira também afirmou que as posturas radicais praticadas por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) apareceram "praticamente" depois do resultado eleitoral.

Ao distanciar-se do bolsonarismo radical e de algumas bandeiras do ex-chefe do Executivo, Lira reforçou que sempre defendeu as urnas eletrônicas e pôs fim ao tema do voto impresso depois que foi rejeitado na Casa. Ele destacou ainda que atos antidemocráticos nunca tiveram seu apoio. "Os meus limites sempre foram claros. Qualquer governo tem multifacetas", disse, ao completar que apoiou a "face libe-

SENADO

ral" do ex-presidente.

Lira disse ainda que, nos últimos dois anos, não foram votadas pautas de costumes, que são as principais bandeiras do bolsonarismo. "Demos oportunidades de essas pautas virem a discussão porque todo parlamentar representa uma camada da população", esclareceu, reforçando que temas polêmicos não tiveram convergência na Casa.

Ele destacou que, ao longo do seu mandato na Casa, sempre defendeu os movimentos da maioria. Para a próxima legislatura, o líder disse estar em conversa harmônica com deputados para dar demonstração de pacificação interna.

O presidente da Câmara afirmou que o presidente Lula inicia o seu governo com metade do orçamento público impositivo e, consequentemente, com perda de metade da sua mobilidade para formar base no Congresso Nacional.

"Este governo já inicia com metade do orçamento municipalista impositivo, de emendas individuais. Portanto, o governo que se inicia perdeu metade da sua mobilidade de conseguir arrumar sua base no Congresso nacional, o que vai demandar muito mais trabalho", disse Lira ao defender as emendas de relator, conhecidas como orçamento secreto. Ele lembrou que esse mecanismo não era impositivo, o que, na teoria, poderia dar maior mobilidade ao Executivo sobre as contas públicas. Na prática, no entanto, era uma troca de favores entre governo e Congresso.

O líder destacou que, neste caminho adotado pelo governo eleito, Lula terá que formar base por meio, por exemplo, da distribuição de ministérios e cargos de segundo escalão. "Não é o modelo que defendo, mas foi o modelo adotado pelo governo atual, e a gente vai ter que se ajustar", afirmou.

BÔNUS

Procuradores de férias ou de folga vão poder receber extra de até R\$ 11 mil

Criado sob a alegação de excesso de trabalho, um penduricalho do Ministério Público vai beneficiar com até R\$ 11 mil por mês procuradores em férias, licença ou recesso e aqueles afastados para atuar em associações de classe. Similares a sindicatos, as entidades defendem interesses particulares dos filiados. Na prática, mesmo sem dar expediente, integrantes dessas carreiras que já têm 60 dias de férias por ano poderão ganhar adicional de 33% e receber acima do teto constitucional - hoje, o vencimento de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) é de R\$ 39,3 mil.

Em julho do ano passado, o procurador-geral da República e presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Augusto Aras, havia publicado uma recomendação para que o penduricalho já existente para juízes fosse estendido a todo o MP. Na época, o conselho afirmou que se tratava de "uma orientação". Agora, o órgão define regras para a concessão do benefício por meio de uma resolução aprovada em dezembro e publicada na sexta--feira passada.

Assim como a recomendação, o novo texto não limita o penduricalho por "acúmulo de acervo processual, procedimental ou administrativo" ao chamado abate-teto. Presente nas regras da magistratura, a trava chegou a constar de uma minuta de recomendação do CNMP, mas foi retirada na vercaso dos juízes, o bônus é pago àqueles que acumulam varas e processos nas férias de colegas e o direito foi obtido por meio de lei aprovada no Congresso.

As regras mais recentes do CNMP, que visam espelhar o penduricalho da magistratura, valem para o Ministério Público da União, que abrange o Ministério Público Federal; do Trabalho; Militar; e do Distrito Federal e dos Territórios. Caberá ao conselho superior de cada ramo, em 90 dias, definir a quantidade de processos que dará direito ao benefício, o que, para ministros e magistrados que já atuaram em conselhos ouvidos sob reserva, abre margem para o pagamento de forma ampla.

Na época da recomendação, o Ministério Público do Paraná, por exemplo, já havia estabelecido que promotores com mais de 200 ações criminais tinham direito a um extra. Segundo os dados mais recentes, de 2021, o MPU tem 2.319 integrantes dos quais 1 144, no MPF; 760, no MPT; 48, no MPM; e 367, no MPDFT. Um procurador da República tem salário de R\$ 33,7 mil. Questionado, o CNMP não informou estimativas de gastos com o novo adicional. Esse mesmo benefício concedido a juízes é alvo de apuração no Tribunal de Contas da União (TCU).

As novas normas do CNMP preveem um dia de licença a cada três dias de trabalho ou o pagamento do penduricalho. "Observada a disponibilidade financeira e orçamentária, são final do texto. Além disso, no os ramos do Ministério Público da União, por ato do respectivo procurador-geral, poderão indenizar os dias de licenca", diz a resolução, o que, na visão de ministros e juízes que atuaram em conselhos, fará do pagamento uma prioridade.

Segundo o gerente de Inteligência Técnica do Centro de Liderança Pública (CLP), Daniel Duque, essa brecha terá impacto fiscal e o novo penduricalho chega em um momento delicado do País, além de se tratar de uma indenização, que fica fora do teto, não uma remuneração, sujeita ao teto e a impostos. "Vai haver aumento de gastos de uma carreira que já é a que tem o maior nível de gasto proporcional em relação ao resto do mundo. Isso é um problema, tendo em vista que há um desafio do governo para solucionar as contas públicas", disse Duque. Quando a recomendação veio a público, o diretor-presidente do CLP, Tadeu Barros, afirmou se tratar de estímulo à "incompetência".

A lista dos beneficiários é longa. Pelo texto do CNMP, já terão direito ao benefício: presidente e integrantes de conselhos superiores; corregedor--geral; secretário-geral ou diretor-geral; chefes de gabinete de procuradores-gerais; coordenador-geral, coordenador nacional, assessor-chefe, além de secretários, diretores ou coordenadores titulares de órgãos administrativos das procuradorias-gerais. Quem participar de comissões - como as de combate ao trabalho escravo -, grupos de trabalho e até grupos de estudo também terá "acúmulo de processo".

De acordo com a resolução do CNMP, também será beneficiado quem exercer "função relevante singular". Neste caso entram os procuradores afastados para atuar nas associações de classe. Por lei, os membros do MPU com "mandatos classistas" tiram licença remunerada e até três integrantes por entidade são liberados de suas funções. Agora, o valor extra por excesso de trabalho poderá ser recebido enquanto um procurador atua em favor dos colegas, longe do cotidiano das demandas judiciais. Hoje, entidades como Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT) e Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM) representam a categoria.

sista é uma forma de incluí-los

Na iniciativa privada, o Marinho. empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tem 30 dias de férias, recebe hora extra ou banco de horas e, ao atuar em comissão interna de prevenção de acidentes (Cipa) ou sindicato, não ganha um extra, mas estabilidade de um ano após o fim do mandato. Ao cobrir férias de um chefe, o trabalhador tem sobre a data. direito a receber salário igual ao do superior. Um magistrado disse que a regra para os procuradores com mandato clas-

Bolsonaro manda recado dos EUA a aliados e diz que projeto dele é 'imorrível'

De volta ao Brasil, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro entrou na campanha de Rogério Marinho (PL-RN) à presidência do Senado e participou de um jantar do PL para pedir apoio a ele na noite de segunda-feira, 30. A eleição está marcada para o próximo dia 1º, e Marinho vai desafiar Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que preside a Casa e concorre a novo mandato com aval do presidente Luiz

Inácio Lula da Silva e do PT. Pacheco aparece como favorito, mas o Centrão intensificou os contatos, na tentativa de virar votos. Durante o jantar, Michelle estabeleceu contato por chamada telefônica de vídeo com o ex-presidente, que mandou recado a seus aliados. Bolsonaro disse que seu projeto político conservador é "imorrível". Ele também saudou a candidatura de

O jantar do PL reuniu a cúpula da campanha derrotada em 2022. Bolsonaro está em Orlando, na Flórida, desde o dia 30 de dezembro e recentemente pediu visto de turista para permanecer mais tempo nos Estados Unidos. Indagada sobre o retorno do marido ao País, Michelle desconversou

"Ele está descansando", disse a ex-primeira-dama ao chegar ao jantar. Ela não quis falar em uma data específica para o regresso de Jair Bolsonaro, ante a insistência de repórteres. A ex-primeira-dama estava ao lado do general da reserva do Exército Walter Souza Braga Netto, ex--ministro e candidato a vice--presidente derrotado no ano passado com Bolsonaro. Eles dividiram a mesa no restau-

rante. Também questionado sobre a ausência do pai, que se evadiu do País dois dias antes da posse de Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Flávio Bolsonaro (RJ) disse que a pergunta teria se ser feita diretamente ao ex-presidente. Com prerrogativa diplomática de chefe de Estado prestes a expirar, Bolsonaro deu entrada em um visto de turista junto à imigração dos Estados Unidos.

O jantar do PL foi um ato de boas-vindas de Valdemar Costa Neto, presidente da legenda, aos parlamentares federais eleitos e reeleitos. O carro-chefe do restaurante à beira do Lago Paranoá era bacalhau. O local costuma ser escolhido por Costa Neto para

A cúpula do PL aposta no nome de Michelle para concorrer ao Palácio do Planalto em 2026, caso Bolsonaro fique inelegível. O assunto divide opiniões no partido. Há quem diga que se trata apenas de um "balão de ensaio" lançado por Costa Neto. O próprio Bolsonaro já disse a interlocutores do PL que o assunto o desagrada.

OPORTUNIDADES

Rio pode receber 73 grandes eventos esportivos nos próximos dez anos

O prefeito Eduardo Paes afirmou que o Rio de Janeiro tem um conjunto de equipamentos esportivos que permite trazer grandes eventos, que podem ter um impacto econômico fantástico na cidade

Prefeitura do Rio e a Secretaria Municipal de Esportes, em parceria com o Rio Convention & Visitors Bureau (Rio CVB/Visit Rio), apresentaram, na terça--feira (31/01), o "Mapa de Oportunidades para o Rio de Janeiro nos próximos 10 anos". Fruto de um convênio com a 2IS, consultoria suíça que monitora oportunidades de eventos desse segmento, o primeiro diagnóstico aponta 73 torneios de prestígio mundial que a cidade está apta a receber.

O estudo considerou critérios como atratividade turística, disponibilidade de espaços existentes, popularidade e relevância socioeconômica. Segundo estimativa do Rio CVB/ VisitRio, se o Rio de Janeiro conseguir atrair os dez eventos mais relevantes da lista poderá conseguir, em uma década, um incremento de cerca de R\$ 15 bilhões na atividade econômica local.

"Um dos papéis da Prefeitura é a universalização do acesso ao esporte. Além disso, um aspecto fundamental para a construção da identidade carioca é o alto impacto dos eventos esportivos na trajetória da nossa cidade. Hoje, o Rio tem um conjunto de equipamentos esportivos que permite trazer para cá grandes eventos, que podem ter um impacto econômico fantástico na cidade", afirmou o prefeito Eduardo Paes.

cidade eventos de impacto mundial. Na lista, os campe- em infraestrutura feitos pela



Eduardo Paes: "um aspecto fundamental para a construção da identidade carioca é o alto impacto dos eventos esportivos na trajetória da nossa cidade'

masculino e feminino, de vôlei, de hipismo, de ciclismo, de futebol feminino, de atletismo, além dos Jogos Pan-Americanos e da Copa dos Presidentes (Golfe).

O presidente do Rio CVB/ O estudo põe no radar da VisitRio, Carlos Werneck, destacou que os investimentos onatos mundiais de basquete cidade para receber a Copa do

Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016 foram decisivos para a elaboração do diagnóstico. Ele ressaltou que esse legado reduzirá, significativamente, os investimentos necessários para atrair novos eventos

"O investimento necessá-

esportivos no Brasil hoje é pequeno, comparado ao que já se investiu para a formação de capital humano e para construção de estádios, arenas, aeroportos e toda infraestrutura física que temos hoje. Nossa

los Werneck.

Para o secretário de Esportes do Rio, Guilherme Schleder, o estudo reforçou a importância da cidade do Rio no cenário esportivo global.

"Recebi a missão do preideia e que possamos avançar — feito Eduardo Paes para colonesse nicho e explorar todo o car o Rio novamente no cenário para ser sede de eventos potencial da cidade", disse Car- rio esportivo mundial. Nesse

período, reabrimos Vilas Olímpicas, fizemos diversas parcerias (Ministério da Cidadania, outras secretarias municipais, federações, clubes), melhoramos as estruturas dos equipamentos esportivos, aumentamos o orçamento e o número de profissionais e alunos em todos os locais, colocamos o programa Rio em Forma para funcionar, regularizamos as atividades esportivas na orla da cidade, reformamos pistas de skate da Praça XV e Lagoa, criamos a APCC no Parque Madureira e apoiamos a Maratona do Rio, Ĝame XP e Mundial de Beach Tennis. O "Mapa de Oportunidades para o Rio de Janeiro nos próximos 10 anos" mostra que somos capazes de mais. Diagnóstico animador e parceria muito importante da Prefeitura e a Secretaria Municipal de Esportes com o Rio Convention & Visitors Bureau (Rio CVB/Visit Rio). No estudo, podemos notar a diversidade de eventos esportivos como Mundiais de Basquete Masculino e Feminino, o Mundial de Vôlei e o Mundial de Hipismo. Ou seja, esporte para todos os gostos e públicos", declarou Guilherme Sch-

Além da infraestrutura física, a Copa do Mundo e a Olimpíada também permitiram a qualificação de pessoal em padrão internacional. Na Copa do Qatar, por exemplo, 350 brasileiros atuaram na organização do torneio. O currículo desses profissionais é um dos elementos que integram o conjunto de condições para a atração de novos even-

BACIA DE CAMPOS

Petroleiros denunciam riscos à segurança e ao meio ambiente provocados pela P-50

O Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF) enviou ofício a órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal requerendo a imediata interdição administrativa da plataforma P-50, localizada na Bacia de Campos (RJ), até que sejam sanadas e restabelecidas as condições de continuidade operacional e de saúde, segurança e meio ambiente da unidade.

O Sindipetro-NF coletou diversas denúncias sobre riscos provocados pela P-50, plataforma que desde a última quinta-feira, 26, é operada pela empresa PetroRio (PRIO). Os petroleiros apontam que a embarcação está em processo de degradação devido à falta de investimentos e de manutenção de sua estrutura e maquinário.

"Os turbo-geradores apresentam problemas no sistema de aquecimento de água, interferindo diretamente no mecanismo de separação e enquadramento de petróleo e água produzida e descartada. Além disso, o gerador de emergência e o gerador auxiliar estão com vazamentos no sistema de refrigeração, sendo um risco para a continuidade operacional em situações que exigem



Plataforma P-50: os turbo-geradores apresentam problemas no sistema de aquecimento de água, interferindo diretamente no mecanismo de separação

de tais equipamentos", destaca o documento.

As más condições da plataforma ameaçam também o meio ambiente e a populacão a bordo. Foram encontrados furos na linha de descarte de água oleosa, ocasionando a aspersão de resíduos nocivos, com a contaminação do ar e de superfícies de contato.

Os descuidos com as conum tempo maior de utilização dições estruturais da unidade se refletem na precariedade da habitação da tripulação a bordo, e nem mesmo os banheiros da embarcação estão aptos ao uso. Os registros apontam que, na localização do convés, do total de seis banheiros, apenas um resta como operacional. Já na localização do 2º piso do casario, de quatro banheiros, também apenas um está em funciona-

A P-50 está localizada no campo de Albacora Leste, descoberto pela Petrobrás em 2006, e adquirido pela PRIO, que na semana passada pagou a parcela restante de US\$ 1,7 bilhão pelo campo. Com isso, a PRIO assumiu as operações da P-50 no mesmo dia em que o conselho de administração da Petrobrás aprovou a indicação de Jean Paul Prates para a presidência da companhia, sendo

alvo de críticas da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Para o coordenador-geral do Sindipetro do Espírito Santo, Valnísio Hoffmann, "o processo de venda de Albacora Leste foi muito acelerado, nesta etapa final, e houve grande pressão por parte da PetroRio a gerentes e órgãos fiscalizadores para conseguir liberações e licenças necessárias. Há informações de que várias pendências não foram cumpridas e mesmo assim a plataforma foi entregue à empresa".

Segundo ele, outro fator que causou estranheza foi a exigência da PetroRio para que todos os trabalhadores da P-50 desembarcassem um dia anterior à posse de Prates na presidência da Petrobrás. "Fica nítido que havia receio do comprador de que a venda fosse reavaliada pela nova administração", diz ele.

Hoffmann relata também a denúncia de um poço que não estava no contrato inicial e foi incorporado à plataforma. "É praticamente um brinde esse poço produtor. Temos comprovadamente um reservatório de pré-sal dentro do polígono de Albacora Leste com um poço já testado, tendo a sua produtividade comprovada. Esperamos que o novo presidente da Petrobrás investigue se houve alguma irregularidade e, em caso positivo, anule a transação. Não se pode vender no regime de Concessão o que está dentro do polígono de Partilha".

Para garantir as condições operacionais da plataforma, a segurança e a saúde dos trabalhadores, o ofício encaminhado pelo Sindipetro-NF solicita atuação direta do Ministério Público do Trabalho, da Procuradoria e da Superintendência Regional do Trabalho do Rio de Janeiro; da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da direção da Petrobrás.

LEGISLATIVO

Alerj lança pedra fundamental virtual da Casa da Democracia

O centro cultural será dedicado a momentos emblemáticos da vida política brasileira que tiveram o Palácio Tiradentes como protagonista.



O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, André Ceciliano, durante o lançamento da pedra fundamental virtual da Casa da Democracia

(Alerj) lançou, na tarde de terça-feira (31), a pedra fundamental virtual da Casa da Democracia. O centro cultural será dedicado a momentos emblemáticos da vida política brasileira que tiveram o Palácio Tiradentes como protagonista. O projeto aposta em tecnologias imersivas para tornar o conteúdo ainda mais atraente ao público. A previsão é de que ele seja inaugurado ainda no primeiro semestre

Na cerimônia, o presidente da Alerj, deputado André Ceciliano (PT), ressaltou a importância da criação do centro de memória, como forma de preservar o patrimônio histórico e de promover a reflexão sobre os valores do Estado Democrático de Direito, como liberdade de expressão, respeito às leis e às instituições e igualdade de direitos.

'Mudamos administrativamente de prédio e a gente precisava dar vida ao Palácio Tiradentes. Mais do que um lugar de preservação da memória política do país e do estado, a Casa da Democracia será um ambiente de reflexão sobre os valores republicanos e democráticos. É a vocação natural deste edifício, construído para abrigar o Legislativo há quase 200 anos, um lugar de lutas por liberdade e justiça social", afirmou.

ROTEIRO HISTÓRICO

Projetada num telão, a pedra fundamental virtual era uma espécie de "cápsula do tempo", onde foram depositadas imagens do passado, como uma foto da antiga Cadeia Velha, e vídeos de sessões plenárias do Palácio Tiradentes, com a proposta de ser revisitada após 50 anos. O presidente Ceciliano foi o primeiro a se cadastrar no portal que, a partir da inauguração, vai registrar todos dos visitantes.

A superintendente da Curadoria do Palácio Tiradentes, Maria Lúcia Horta Jardim, ressaltou o trabalho de revitalização dos ambientes depois da mudança das atividades

Assembleia Alerj, na Rua da Ajuda, Cen-Legislativa tro do Rio. O desenvolvimento do Estado do projeto foi feito em parceria com a Universidade Fede-Janeiro ral Fluminense (UFF). Durante o evento, foi lançado também o livro "Democracia em Foco", editado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que também contribuiu para as escolhas do conteúdo das exposições.

apanhado cultural e histórico muito grande. Fizemos tudo com todo cuidado e respeito que o Palácio merece", afirmou Maria Lúcia.

Professor da UFF e coordenador do projeto, Franklin Dias Coelho, contou que o principal desafio foi aliar a preservação do patrimônio, tornando ele um ambiente

Deputados eleitos tomam posse na Alerj nesta quarta-feira

Os deputados elei- rada asiática. tos para a 13ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) vão tomar posse nesta quarta-feira (01), às 15h, em sessão solene no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, no Palácio Tiradentes, antiga

sede da Assembleia. A sessão será comandada pelo deputado Carlos Minc (PSB), decano da Casa, que iniciará seu décimo mandato. A Alerj terá uma renovação de 45,7% de suas cadeiras, e essa legislatura contará com 32 novos parlamentares e 38 reeleitos.

Nesta nova legislatura da Alerj, destaca-se o crescimento da bancada feminina, que representa 21,4% do total de parlamentares - em 2018, tinham sido eleitas 12 mulheres. O Parlamento também ganha em inclusão e diversidade, com a eleição de Dani Balbi (PCdoB), primeira transsexual a ter mandato na Assembleia; de Índia Armelau (PL), autodeclarada indígena; e de Elika Takimoto (PT), autodecla-

A maior bancada será do PL, com 17 deputados. Em sequência, vem a bancada do União Brasil, com oito parlamentares, seguida pelo PT com sete, PSD com seis e PSol com cinco. O PP contará com quatro deputados, enquanto o Republicanos e o Solidariedade terão três deputados cada um. Os partidos com dois representantes na Alerj são PSB, PROS, MDB, PDT e Podemos. Já Avante, PMN, Patriota, Agir, PSC, PTB, PCdoB contam com um parlamentar, cada legenda.

Os deputados eleitos voltam a se reunir na quinta-feira (02/02), às 15h, também no Palácio Tiradentes, para a eleição da Mesa Diretora e do novo presidente da Alerj. Os eleitos terão um mandato de dois anos.

Serviço: Posse dos deputados da 13ª Legislatura Data: 01/02/23 Horário: 15h Local: **Palácio Tiradentes**

"Começamos a planejar esse projeto em junho de 2021 e o nosso primeiro passo foi cuidar do edifício e do restauro dele com a ajuda da Oficina Escola. Em parceria com a UFF, nós nos debruçamos no desenvolvimento da narrativa e da forma da Casa legislativas para a sede da da Democracia, que traz um e vamos entregar ao público

interativo e selecionar os fatos abordados. "O público que visitar a Casa da Democracia vai conhecer um pouco da história que a história não conta. O que fez com que a gente tivesse que fazer um trabalho de pesquisa muito rebuscado, mas conseguimos,

muita informação relevante", garantiu Franklin.

Com painéis eletrônicos, áudio e vídeos a narrativa vai fazer uma releitura dos principais períodos republicanos: a Primeira República (1889 -1930), - Período Vargas (1930-1945 e 1951-1954), a Ditadura Militar (1964 a 1985), a abertura "Lenta, Gradual e Segura" e a Lei da Anistia (1974 – 1979), Diretas Já! (1984 - 1985). A Nova República (1985 até os dias de hoje). As diversas fases do Palácio Tiradentes também vão compor as exposicões permanentes. Também estão previstas mostras temporárias relacionadas a datas comemorativas nacionais.

OFICINA ESCOLA

A revitalização do espaço contou mão de obra dos servidores qualificados pela Oficina-Escola de Conservação e Restauro. "Iniciamos o projeto com a remoção das instalações que não eram mais necessárias. E depois fizemos todo o inventário do que tínhamos na Casa. E aí, no início de 2022, começamos com a oficina escola com o propósito de formar os nossos servidores para que eles consigam fazer a manutenção desse prédio ao longo dos anos", explicou a coordenadora da oficina de restauro do Palácio Tiradentes, Simone Algebaile.

O projeto também conta com as parcerias da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, da Câmara Federal, do Senado Federal, do Instituto Cultural Cravo Albin, do Instituto Moreira Salles (IMS) e do Instituto Pretos Novos (IPN).

"Esse foi um trabalho feito a muitas mãos, principalmente, pela relevância do prédio. É um novo ciclo do Palácio Tiradentes e um novo momento que a gente precisa viver com muita alegria e com convicção de que transformar a vida para melhor mais do que necessário é possível", concluiu o subdiretor de Cultura da Alerj, Nelson Freitas.

Também estiveram presentes à cerimônia o reitor da UFF, Antonio Claudio Nóbrega, e os deputados Waldeck Carneiro (PSB) e Martha Rocha (PDT), e o ex-deputado Átila Nunes (PSD).

SOCIEDADE IMOBILIÁRIA MINAS CENTER LTDA CNPJ/MF - 04.760.010/0001-86 - NIRE/JUCEMG - 33.2.0839694-0 Ata de Assembleia de Sócios: (i) Data, Hora e Local: Aos 20 de setembro de 2022, às 10:00h (dez horas), na sede da sociedade situada na Rua Visconde de Pirajá, nº 608, sala 801, Ipanema, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.410-002 (ii) Presenças: Reuniram os sócios representando 100% (cem por cento do capital social, conforme Lista de Presença anexa a este instrumento; (iii) Composição da Mesa: Carlos Henrique Leal Teixeira Junior e Júlio Cesar Feitoza de Oliveira, respectivamente Presidente e Secretário. (iv) Deliberações: Por unanimidade foram tomadas as seguintes deliberações: (a) Por ser considerado excessivo em relação ao objeto da sociedade, fica aprovada a redução do Capital Social no valor de R\$ 2.253.050,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta e três mil e cinquenta reais), mediante a extinção de 2.253.050 (dois milhões, duzentas e cinquenta e três mil e cinquenta) cotas no valor nominal de R\$1,00 (hum real), de titularidade dos seguintes sócios:

Sócios Nº	Cotas Extintas
Gondwana Properties S/A	523.823
GTS RJ Participações Ltda	484.395
Triunfo Participações Ltda	450.600
LTK Participações Ltda	112.650
Guanxi Gestão e Participações Ltda	78.855
Carlos Frederico Correa e Castro Godinho	78.855
Gabriella Vieira Teixeira	261.936
Isabella Vieira Teixeira	261.936
Total	2.253.050

(b) O pagamento das cotas extintas acima, será realizado, em até 180 dias, pelo seu valor nominal, em moeda corrente nacional, conforme disponibilidade financeira da sociedade; (c) Os sócios expressamente autorizam os administradores da Sociedade, quando julgarem apropriado, efetuar o pagamento das cotas extintas, bem como tomarem as medidas necessárias à efetivação do quanto aqui deliberado, incluindo a eventual realização de depósito judicial previsto no parágrafo 2º do artigo 1.084 da lei 10.406/02. (v) Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Assembleia, lavrando a presente ata que depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios. Carlos Henrique Leal Teixeira Junior - Presidente da Assembleia; Júlio Cesar Feitoza de Oliveira - Secretário da Assembleia; Gondwana Properties S/A. Rep. por Carlos Henrique Leal Teixeira Junior; GTS RJ Participações Ltda. Rep. por Gilberto Teixeira de Souza; Triunfo Participações Ltda. Rep. por Thaísa de Moura Magalhães Quintão; Gabriella Vieira Teixeira; Isabella Vieira Teixeira; LTK Participações Ltda. Rep. por Júlio Larissa Dutra Hargreaves; Guanxi Gestão e Participações Ltda. Rep. por Júlio Larissa Dutra Hargreaves; <mark>Guanxi Gestão e Participações Ltda.</mark> Rep. por Júlio Cesar Feitoza de Oliveira; **Carlos Frederico Correa e Castro Godinho.**

GRUPO DE MODA SOMA S.A.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22/12/2022: 1. Data, Horário e Local: No dia 22/12/2022, às 14h, por meio de videoconferência, nos termos do parágrafo único do art. 13 do Estatuto Social do Grupo de Moda SOMA S.A. ("<u>Companhia</u>"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do parágrafo único do art. 13 do Estatuto Social da Companhia. 3. Mesa: Presidente: Marcel Sa pir; Secretária: Fernanda Lessa Barreto de Freitas. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar acerca do investimento a ser realizado pela Companhia na Soma Brands International GmbH, da qual a Companhia é única acionista. 5. Deli **berações:** Após análise da matéria constante da ordem do dia, no uso das atribuições que lhes conferem os incisos XVIII, XXVII e XXVIII do art. 20 do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros decidiram, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a realização de investimento no montante de até R\$230_000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais) pela Companhia na Soma Brands International GmbH, Baarerstrasse, 112, 6300, ZUG (Switzer land) ("Soma Brands"), por meio da integralização de seu capital, sendo que tal integralização será realizada por meio da capitalização e transferência dos seguintes ativos a valor contábil de titularidade da Companhia: (i) a inte-gralidade da participação detida pela Companhia em Plantage Rio Inc., d/b/a FARM Rio, a Delaware Corporation company registered under the TIN number 35-2630062 and office at 113 Prince Street, New York, NY, 10012 ("Plantage"); e (ii) a parcela do intangível detida pela Companhia correspondente à marca Farm, e todos os direitos a ela associados, incluindo direitos de marketing e distribuição na Europa, Estados Unidos, e outros territórios com exceção do Brasil. Ós conselheiros, no uso da atribuição que lhes confere o art. 20, IX do Estatuto Social da Companhia, decidiram ainda, por unanimidade e sem essalvas, aprovar a nomeação da empresa especializada Taticca Auditores Independentes S/S, sociedade estabelecida na cidade São Paulo, na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, no 375, Sala 51, Brooklin Novo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n 20.840.718/0001-01, registrada no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (SP) sob o n.º CRC 2SP-03.22.67/O-1 ("Taticca"), para elaboração de laudo dè avaliação a valor contábil dos ativos mencionados nos itens (e (ii) acima. Por fim, os conselheiros decidiram que os administradores da Companhia e da Soma Brands estão autorizados a praticar todo e qualquer ato necessário à formalização e concretização das matérias ora deliberadas ato necessário à formalização e concretização das matérias ora deliberadas.

6. Encerramento: Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. RJ, 22/12/2022. Mesa: Marcel Sapir - Presidente; Fernanda Lessa Barreto de Freitas - Secretária. Conselheiros: Marcel Sapir; Roberto Luiz Jatahy Gonçalves; Marcello Ribeiro Bastos; Fabio Hering; Maria Laura Tarnow; Gisela Dantas Rodenburg; Edison Ticle de A. M. e Souza Filho. Jucerja nº 5273020 em 23/01/2023 5273020 em 23/01/2023

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. CNPJ: 08.602.745/0001-32 - NIRE: 33.3.0027996-2 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2022: 1- DATA, HORA E LOCAL: Aos 01 de novembro do ano de 2022, às 08 horas, na sede da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), situada na Rua São Clemente, nº. 38, tafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. 2- QUÓRUM E CONVOCAÇÃO: Dispensadas as formalidades de convocação, face à presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do § 4º, do Art. 4º, da Lei 6.404/76. **3- MESA:** Laerte Tavares Lacerda – Presidente; Janete Maria de Cerqueira Figueiredo – Secretária. **4- ORDEM DO DIA E** DELIBERAÇÕES APROVADĂS POR UNANIMIDADE: 4.1. – Reeleição dos Srs. Laerte Tavares Lacerda, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº. 03.016.221-8 DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 266.037.567-49, residente e domiciliado na Rua Edivaldo Bittencourt Mello, nº. 77, Freguesia – Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janei-ro, Estado do Rio de Janeiro, CEP.: 22.750-690; **Janete Maria de Cerqueira** Figueiredo, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº. 03.784.879-3 DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o n°. 430.219.647-53, residente e domiciliada na Avenida Prado Júnior, 237 Apto. 504, Copacabana, Rio de Janeiro-RJ, Cep.: 22011-040; Marli Ribeiro, brasileira, convivente em união estável, técnica em contabilidade, portadora do documento de identidade nº. 05433987-4 IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº. 485.103.607-82, residente e domiciliada na Rua Canada, nº. 14, quadra "H", Jardim Nautilus, Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, CEP.: 28.909-170; **Rodolpho de Britto Silva**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade nº. 01-05561-5 CRA-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 266.052.797-00, residente e domiciliado na Avenida Edison Passos, 541/402 Alto da Boa Vista, Na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro CEP.: 20.531-073; e **Antonio de Caldas Ribeiro**, brasileiro, casado, atuário portador do documento de identidade RG nº. 80.931.182-2, inscrito no CPF, MF sob o nº. 098.960.157-91, residente e domiciliado na Rua Amadeu Soares. 83, casa, Santa Cecília, Belford Roxo - RJ, CEP.: 26130-700, para os cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 03 (três) anos, a iniciar-se nesta data e com término previsto para 01/11/2025. 4.1.1. – Atribuir ao Sr. Laerte Tavares Lacerda a função de Presidente do Conselho de Administração da Companhia. 4.2. – Declaração de Desimpedimento: Os membros do Conselho de Administração ora eleitos/reeleitos declaram estar desimpedidos, na forma da Lei, para o exercício dos respectivos cargos para os quais foram eleitos/reeleitos e não fazer parte de sociedades concorrentes no mercado. 5- ENCERRAMENTO DA SESSÃO: Aprovadas por unanimidade todas as deliberações acima e nada mais havendo de que tratar foi encerrado o trabalho desta Assembleia Geral Extraordinária. lavrando-se no livro próprio a presente ata, que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2022. Laerte Tavares Lacerda - **Presidente**; Janete Maria de Cergueira Figueiredo - **Secretária. Acionistas: CAPEMISA INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL** - Representado por Janete Maria de Cerqueira Figueiredo - **Diretora-Presidente**; **ASSOCIAÇÃO CLUBE SALUTAR** - Representada por Laerte Tavares Lacerda - **Diretor-Presidente**. Jucerja nº 5239021 em 04/01/2023.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

CNPJ nº 15.440.708/0001-30 NIRE nº 33.3.0030232-8 COMPANHIA FECHADA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2023 ÀS 09:00 HORAS CERTIDÃO: JUCERJA 00005284387 em 27/01/2023. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

CONCESSIONARIA VIARIO S.A.

CNPJ nº 15.440.708/0001-30 NIRE nº 33.3.0030232-8 **COMPANHIA FECHADA**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2023 ÀS 09:30 HORAS CERTIDÃO: JUCERJA 00005284390 em 27/01/2023. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

INFRAESTRUTURA

Governo de SP anuncia obras de recuperação no interior do estado

Regiões de Araraquara, onde seis pessoas da mesma família morreram vítimas da chuva, e Presidente Prudente, onde pontes serão reformadas, receberão investimento do estado

"O que nos cabe agora é o que temos para reconstruir. Essa é a melhor maneira de homenagear as vidas que foram perdidas, dando uma pronta resposta. Vamos fazer o melhor, trabalhar juntos porque é isso que a população merece e espera de nós", disse Tarcísio de Freitas.

O Governo de São Paulo vai repassar R\$ 4,8 milhões para a construção de galerias de águas pluviais no córrego Ribeirão das Cruzes, na Avenida Francisco Salles Culturato, local que sofreu erosão causada pelo temporal na noite de 28 de dezembro de 2022, vitimando seis pessoas da mesma família.

Outros R\$ 680 mil serão seguir em frente, reconstruir usados para a construção de um muro de contenção na Avenida Francisco Martins Caldeira Filho, no Parque São Paulo. Mais de R\$11 milhões já foram liberados pelo governador para obras de recuperação nos municípios afetados pelas chuvas deste ano.

> "A Defesa Civil do Estado segue atenta aos municípios afetados pelas fortes chuvas de verão, como foi o caso de Araraquara. Estamos empenhados em minimizar os impactos na cidade", afirmou o coordenador estadual de proteção e defesa civil, coronel PM Henguel Pereira.

Presidente Prudente

O governador Tarcísio de Freitas entregou nesta terça--feira (31), em Presidente Prudente, as obras de quatro pontes construídas pela Defesa Civil Estadual nos municípios de Presidente Prudente, Bilac, Taciba e Alfredo Marcondes.

Ao todo, as obras somam investimento de R\$ 2,4 milhões e foram executadas por convênios celebrados entre o Estado, por meio da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, e os municípios, beneficiando diretamente toda a população da região.

"Estamos hoje entregando quatro pontes que foram construídas em locais prejudicados por fortes chuvas na região. Em Presidente Prudente, por exemplo, ela era esperada há 50 anos. Ficamos muito felizes em estarmos resolvendo um problema de conexão e dando fluidez à região", disse Tarcísio de Freitas.

O município de Presidente Prudente foi contemplado com a ponte sobre o córrego Mandaguari, na estrada PSP-030, com investimento de R\$ 1,1 milhão. Na cidade de Taciba, foi entregue a construção sobre o Córrego da Onça, na estrada TCB-010, que contou com investimento de cerca de R\$ 497 mil.

Foi entregue ainda a ponte da estrada AFM-257°, localizada no município de Alfredo Marcondes, com repasse de cerca de R\$ 850 mil na obra. Em Bilac, foi construída uma ponte na estrada BIL-030, sobre o Córrego da Lage, com investimento de aproximadamente R\$ 542 mil

"Nosso trabalho, como o realizado nesses municípios, faz parte de um importante serviço prestado pela Defesa Civil do Estado. É por meio das obras recuperativas que buscamos atender as comunidades locais, reconstruindo caminhos que possam trazer mais qualidade de vida e impacto social para a região", afirmou o coordenador estadual de proteção e defesa civil, coronel PM Henguel Pereira.

CULTURA

Governo de SP realiza reunião híbrida com gestores municipais

Cerca de 500 secretários e secretárias de Cultura estiveram presentes na reunião

A Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo realizou nesta terça-feira (31), no Teatro Sérgio Cardoso, o primeiro encontro de gestores que representam a Cultura em seus municípios no Estado de São Paulo. Cerca de 500 secretários e secretárias de Cultura, representantes e autoridades das cidades paulistas estiveram presentes na reunião híbrida que foi realizada nesta segunda-feira (30/1).

A proposta do evento foi aproximar o Governo de São Paulo com os representantes culturais dos municípios e construir uma ampla rede de diálogo, por meio de um mapeamento de consolidação de dados e diagnósticos das cidades, os equipamentos culturais locais, agendas de execuções de políticas públicas no interior além de informar a realização de encontros regionais presenciais ao longo da gestão.

"A ideia é produzir política cultural do Estado juntos. A primeira linha de construção desta parceria é consolidar e comparti-Ihar os dados relacionados ao setor da Cultura entre o município e o Estado. Precisamos tornar luz as nossas produções artísticas. As pessoas que produzem cultura nas cidades precisam ser mapeadas. Nós somos transversais e trabalharemos juntos fazendo o diagnóstico, a definição e a validação da política pública de cultura", destacou a secretária da Cultura do Estado de São Paulo, Marília Marton.

Dentre os temas abordados durante a conversa estavam os programas de fomento à cultura, as leis de apoio ao setor Aldir Blanc e Paulo Gustavo, e as diretrizes do Governo, como a aproximação da Secretaria com as pastas de Turismo e Educação. Os secretários e secretárias de Cultura dos municípios paulistas tiveram a oportunidade de tirar dúvidas, debater sobre os temas levantados na reunião, fazer sugestões e dividir propostas relacionadas ao setor.

Marília Marton encerrou o evento reforçando a importância do investimento na Cultura. "Saio com a missão de nos conectarmos e criarmos projetos que otimizem os nossos recursos e atendam as necessidades de vocês. E para fazermos o melhor, precisamos nos unir. Juntos construímos mais. A Cultura não tem discriminação. É um espaço de todos, com poder e lugar de fala para todos".

MORADIA

Manifestantes colocam fogo em pneus na Via Dutra e fecham trecho da rodovia

Uma manifestação de moradores da comunidade do Sata bloqueou a pista marginal da Rodovia Presidente Dutra, no sentido São Paulo, na região de Guarulhos, na manhã de terça-feira, 31. O grupo protesta contra uma reintegração de posse e colocou fogo em pneus para fechar a rodovia.

sido parcialmente liberado, por volta das 9h, a concessionária CCR RioSP informava complicado e sem previsão

de liberação total. Havia ao menos quatro quilômetros de congestionamento registrado entre os kms 212 e 216, perto do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Em nota, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) disse que foi registrada a interdição total na via local e lateral da rodovia. Segundo a polícia, a Embora um trecho tenha manifestação por reintegração de posse reúne ao menos 30 manifestantes, que colocaram fogo em pneus e mateque o tráfego ainda estava riais diversos para bloquear o tráfego na região.

Em razão de muitos motoristas buscarem a rodovia Ayrton Senna como alternativa, o tráfego na via, segundo a concessionária Ecopistas também estava congestionado. No sentido de São Paulo, por volta das 8h40 o tráfego permanecia lento entre os kms 30 e 11, em razão do alto fluxo de veículos.

Em nota, a Prefeitura de Guarulhos afirma que a comunidade do Sata possui alto risco de enchentes e de desmoronamento de residências. Além disso, registra ala-

gamentos frequentemente. "Hoje há ainda 23 moradias sobre valas de drenagem, cujos moradores foram notificados há dois meses sobre a necessidade de desocupação", disse.

Em razão da gravidade dos riscos, foi acordado com os moradores o cadastro para o recebimento do aluguel social por até 24 meses "A primeira parcela desse auxílio (R\$ 400) já foi paga e permitirá uma nova residência em um lugar seguro. O Bolsa Família também será concedido àqueles

que estão aptos. Juntos, os benefícios podem chegar a R\$ 1 mil por família", afirmou o município.

Antes havia 33 moradias sob risco no local, mas os ocupantes das demais já foram acolhidos em abrigos municipais e beneficiados com o cadastro nos programas sociais, de acordo com a prefeitura Além de sofrerem com as enchentes, essas casas acabam também causando alagamentos na avenida Cataguases, em Cumbica, de acordo com avaliação técnica.

CNPJ/ME nº 10.220.039/0001-78 - NIRE 35.300.526.805 EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2022 Data, hora, local: 30.12.2022, 08:30hs, na sede social, Avenida das Nações Unidas, n

14.401 - 4º Andar - Parte E - Conj. 44 - Edifício B1 - Aroeira, São Paulo/SP. <u>Presenças:</u> Totalidade do capital social. <u>Mesa</u> Rogério Bautista da Nova Moreira, *Presidente*; Paula de Ghivizzano Prado Fonseca Poiatti, Secretária. Deliberações aprovadas: 1) O aumento do Capital Social em R\$58.270.000,00, passando dos atuais R\$7.282.400.032,86 para R\$7.340.670.032,86, com a emissão de 84.449.275 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações"), conforme Boletim de Subscrição: Acionista Subscritora: OEC S.A., São Paulo/SP, Avenida das Nações Unidas, 14.401, 4° andar, Parte P - Conj. 44 - Edifício B1 - Aroeira, CNP/ME 33.950.222/0001-24 e na JUCESP NIRE n° 35.300.547.632, representada por seus Dire-50.59.52.27.000 - 24 e la 30-22. Mixt. II 35.35.35.34.27. Elezisada poi seu brie-ores, os Srs. Rogério Bautista da Nova Moreira e Lucas Cive Barbosa. **Nº de Ações** 5**ubscritas:** 84.449.275 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Valor e forma de integralização: R\$58.270.000,00, mediante a capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital realizado até a presente data. A acionista NOVONOR S.A. - Em recuperação Judicial, neste ato, declara ter renunciado expressamente ao direito de preferência que lhe assiste para subscrição das Novas expressamente a mento de pretenta que line assiste para subsigato das Avções emitidas; **3)** Em consequência da deliberação acima, a alteração do caput do Art. 4º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Art. 4º - O Capital Social da Companhia é de R\$7.340.670.032,86, dividido em 10.589.438.841 ções o*rdinárias, todas nominativas e sem valor nominal* ", e 4) Consolidação do Esta-uto Social. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo/SP, 30.12.2022. **Acionistas**: **OEC** S.A., por Rogério Bautista da Nova Moreira e Lucas Cive Barbosa; NOVONOR S.A.

Em Recuperação Judicial, por Mauricio Dantas Bezerra e Felipe Montoro Jens. JU-CESP nº 42.181/23-9 em 24.01.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. Anexo 2 - Estatuto Social. I. Denominação e Prazo de Duração. Art. 1º - A OECI s.A. é uma Companhia que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, com prazo de duração por tempo indeterminado. **II. Sede e Dependências. Art. 2°** - A Companhia tem a sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, nde e quando convier, instalar filiais, sucursais, agências, escritórios, representações e lependências similares em qualquer parte do território nacional ou exterior, mediante de liberação da Diretoria. III. Objeto Social. Art. 3º - A Companhia tem por objeto social, no território nacional e no exterior. atividades tais como: a) consultoria, pesquisa, asses soria, estudo técnico e/ou econômico, planejamento, procura, suprimentos, execução, gestão, gerenciamento, operação, exploração, explotação, produção, lavra, manutenção, conservação, conversão, reparação, instalação, ampliação e modernização, em projetos e obras de engenharia, empreendimentos imobiliários urbano e rural, arquitetura e urbanis mo, construção civil, montagem, industrial, eletromecânica, naval, mineração, inclusive de embarcações, plataformas, gasodutos, oleodutos, dutos submarinos, ou outros meios flu-uantes e quaisquer equipamentos industriais, e qualquer outra atividade na área de construção civil, em todos os seus ramos e especialidades, sob qualquer regime de conratação; b) prestação de serviços de limpeza pública, incluindo a remoção, transporte e peneficiamento de lixo; c) prestação de serviços gerais subaquáticos, por conta própria ou de terceiros, inclusive transporte aquaviário e navegação de apoio portuário, exclusivamente na prestação de serviço de dragagem; d) desenvolvimento de negócios ou partici-pação em negócios de exploração, produção, transporte e comercialização de hidrocarbo netos; e) exploração de serviços públicos, precedidos ou não da execução de obras públi-cas, sob regime de concessão, permissão ou outro qualquer; f) investir, participar em licen-ças de exploração ou concessão de exploração ou em associações para ditos fins; g) a prática de outras atividades econômicas, relacionadas ou decorrentes das atividades referidas nas alineas anteriores, no mercado nacional e internacional, inclusive as de locação e compra e venda de equipamentos, transporte e importação e exportação, incluindo, mas sem se limitar, à importação e exportação de medicamentos, sementes e mudas; h) a paro em outras sociedades; e i) a prática de atividade médica ambulatorial restrita a as. IV. Capital Social e Ações. Art. 4° - O Capital Social da Companhia é de R\$7.340.670.032,86, dividido em 10.589.438.841 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **\$ Único** - A Companhia poderá, mediante autorização da Assembleia Geral, adquirir as próprias ações para fins de cancelamento ou permanência em tesouraria, para posterior alienação, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáeis. Art. 5° - Cada ação ordinária dá direito a 01 voto nas Assembleias Gerais, não pos-uindo as ações preferenciais, caso emitidas, direito a voto, salvo nos casos previstos em lei. § 1º - As ações preferenciais, caso emitidas, serão de participação integral, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital em caso de líquidação da Companhia, bem como participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de dividendos pela Companhia ou na subscrição de novas ações resultantes da incorporação de quaisquer reservas ou lucros ao capital. **§ 2º** - As ações da Companhia pode-rão ser conversíveis de uma espécie em outra. **§ 3º** - A Companhia poderá cobrar do acionista o custo de transferência da propriedade de suas ações. § 4º - A integralização de ações mediante bens ou direitos, exceto créditos, dependerá de aprovação da Assembleia Geral. § 5° - As despesas de desdobramento, grupamento ou substituição de certificados de ações, quando solicitado pelo acionista, correrão por sua conta, por preço não superior o custo. **§ 6°** - Os certificados de ações, ou títulos múltiplos que as representem, serão sssinados por 02 Diretores. **Art. 6°** - Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já anteriormente possuídas. Caso algum acionista desista, por escrito, do seu direito de preferência, ou não se manifeste dentro de 30 dias contados da data da Assembleia Geral que aprovar o aumento do Capital Social, caberá aos demais acionistas, na proporção das ações possuídas, o direito à subscrição dessas ções. **V. Administração da Companhia. Art. 7**° - A Administração da Companhia ca-erá a uma Diretoria, com atribuições fixadas de conformidade com as disposições legais deste Estatuto, ficando dispensados de caução de gestão. § Único - A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia. **Art. 8º** - A Diretoria será composta por, no mínimo 02 e no máximo de 10 Diretores, to-

dos sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de

02 anos, podendo ser reeleitos. **\$ Único** - Todos os membros da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrado no Livro de

ıtas de Reuniões da Diretoria. Os membros da Diretoria poderão ser destituídos a qual- | lecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal para tal finalidade.

necer em exercício nos respectivos ca quel tempo pera Asseminera detra, everiado permianecer em execución no separado no gos, até a investidura de seus sucessores. Art. 9°. Em caso de ausência ou impediment temporário de quaisquer dos membros da Diretoria, o Diretor ausente deverá indicar se substituto, conforme o caso, dentre os demais Diretores. § Único - Ocorrendo a hipóte: prevista no "caput" deste Artigo, o substituto terá direito ao seu voto e ao do substituíd nas reuniões da Diretoria. **Art. 10°** - Em caso de vacância na Diretoria, deve ser convoca da Assembleia Geral para deliberar sobre a substituição. Art. 11º - Compete aos Direto ua assemblea deiai para duriera sobrie a substituição. A la l'incompete ao brieto res a representação da Companhia e a prática dos atos regulares de gestão que lhes sã atribuídos por lei e por este Estatuto. **Art. 12°** - Compete a qualquer dos Diretores di Companhia, dentre outras atividades próprias de sua função: a) a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por lei ou por este Estatuto seja atribuição de outros órgãos; **b**) providenciar a elaboração do relatório anual da ad ministração e das demonstrações financeiras da Companhia, a serem submetidas à As sembleia Geral; c) promover a execução das deliberações da Assembleia Geral; e d) cor vocar e presidir as reuniões da Diretoria. **Art. 13°** - Serão deliberadas em reunião da D retoria as seguintes matérias: a) propostas sobre constituição, dissolução ou liquidaçã de sociedade de que participe a Companhia; **b)** participação em consórcios, associaçõe com outras sociedades e acordos de acionistas; **c)** instalação, transferência ou encerra mento de filiais, sucursais, agências, escritórios, representações e dependências similare no território nacional ou no exterior; **d)** concessão de avais, fianças ou outras garantia: **e)** alienação de participações societárias e de bens imóveis da Companhia; **f)** negociaçã com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência er tesouraria e respectiva alienação; **g)** designação de auditores independentes; e **h)** antec pação do pagamento de dividendos. **§ 1º** - As reuniões da Diretoria serão convocadas, sa vo guando de caráter urgente, com 05 dias de antecedência, no mínimo, realizando-s normalmente, na sede da Companhia e, excepcionalmente, em qualquer outro local pre viamente estabelecido. § 2º - As reuniões da Diretoria realizar-se-ão com a presença da majoria de seus membros, sendo as deliberações tomadas por majoria de votos dos Dire tores presentes, considerando-se como presente aquele que estiver, na ocasião, represe tado por outro Diretor. **Art. 14º** - É obrigatória a assinatura de 02 Diretores em conjur para que a Companhia possa: a) conceder avais, fianças ou outras garantias; b) assinar endossar cheques, duplicatas, letras de câmbio, notas promissórias, debêntures e outro títulos; **c)** constituir procuradores; **d)** contrair obrigações e firmar compromissos, inclus ve apresentar propostas, celebrar e rescindir contratos e seus aditivos; e) transigir, desis tir e renunciar a direitos; ¶ alienar bens do ativo permanente; e g) participar de consór cios, associações com outras sociedades e de acordos de acionistas. § 1º - A Companhi. poderá constituir procurador, inclusive um dos membros da Diretoria, para a prática de quaisquer atos, mesmo os previstos neste Artigo, mas sempre com fim específico e praz de validade limitado ao máximo de 01 ano, exceto as procurações para fins judiciais, par defesa em processo administrativo ou arbitral, e as procurações outorgadas para repr sentação da Companhia no exterior, quando for exigência expressa de lei, que poderã ser por prazo indeterminado. § 2° - Excepcionalmente, mediante aprovação em Reuniã de Diretoria, poderão ser outorgadas procurações com vigência superior a 01 ano, ma sempre com prazo determinado. VI. Assembleias Gerais. Art. 15°. A Assembleia Ge ral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, dentro dos quatro meses após o términ de cada exercício social, competindo-lhe tomar as deliberações previstas em lei. Art. 16° - A Assembleia Geral reunir-se-à extraordinariamente sempre que os interesses socia este Estatuto ou a legislação em vigor exigir o pronunciamento dos acionistas. Art. 17 A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será instalada e presidida pelo represi tante do acionista majoritário presente na Assembleia, que designará um dos presen para funcionar como secretário. **§ Único** - Na hipótese de ausência de representante acionista majoritário, a responsabilidade por instalar e presidir as Assembleias Gerais ca berà à pessoa escolhida por maioria de votos dos acionistas presentes. **Art. 18°** - Somer te poderão tomar parte na Assembleia Geral os acionistas titulares de ações que estive rem registradas em seu nome, no livro próprio, até 48 (guarenta e oito) horas antes d data marcada para a realização da Assembleia. VII. Conselho Fiscal. Art. 19º - O Cor selho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido d acionistas que preencham os requisitos exigidos por lei. Art. 20° - O Conselho Fiscal quando em funcionamento, será constituído no mínimo por 03 e no máximo por 05 mer pros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Ge ral, podendo ser reeleitos, com as atribuições previstas em lei. § Único - A remuneraçã dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **VIII Exercício Social. Art. 21°** - O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano guando será levantado o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras. § 1º Do resultado do exercício, após as deduções de prejuízos acumulados e da provisão par o Imposto de Renda, serão deduzidas as participações dos Administradores e Empregado da Companhia, se e quando deliberado pela Assembleia Geral, nos limites e formas pre vistos em lel. **§ 2º** - Apurado o lucro líquido do exercício, dele deduzir-se-ão 5% para cor tituição da reserva legal, até esta alcançar 20% do capital social, observado o disposto i § 1° do Art. 193 da Lei n° 6.404/76. § 3° - O lucro líquido ajustado, na forma do § 2° ac ma, terá a seguinte destinação: **a**) aos acionistas será pago um dividendo anual obrigaté rio, na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76, de 25%, sem prejuízo das destinações facu tadas nos termos dos Art. 195 e 197 da Lei nº 6.404/76; e b) o saldo remanescente ser destinado à Reserva de Realização de Investimentos, que somada à Reserva Legal, será l mitada ao valor do capital social e terá como finalidade a realização ou reforço de inves timentos da Companhia dentro do seu objeto social. § 4º - A Assembleia Geral poderá de ciclir, em um dado exercício social, reduzir a destinação à reserva estatutária prevista n § 3°, alínea "b" acima, aplicando o saldo não destinado, com observância ao disposto n Lei. § 5° - A Companhia poderá levantar balanços intermediários, a qualquer tempo, par atender exigências legais ou conveniências sociais, inclusive para distribuição de divider dos. § 6° - Os dividendos atribuídos aos acionistas não renderão juros, e se não reclama

dos no prazo de 03 anos a contar da data da publicação do ato que autorizar sua distr

buição, prescreverão em favor da Companhia. **IX. Liquidação. Art. 22°.** A Companhi entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabe

ESTOQUES INADEQUADOS

Confiança do empresário do comércio em SP cai

A confiança dos comerciantes na cidade de São Paulo recuou 4,4% em janeiro, em comparação a dezembro, para 114 pontos, a segunda retração consecutiva. Em comparação ao mesmo mês de 2021, a contração foi maior, de 4,7%. As informações foram divulgadas pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Entre as aberturas, a avaliação das condições atuais registrou queda de 1,5%, para 101,9 pontos. Em relação a janeiro de 2022, porém, o critério avançou 0,7%.

As expectativas futuras apresentaram queda maior, de 6,8%, para 136,6 pontos, em relação a dezembro. Em comparação ao mesmo período do ano passado, o critério recuou 8,3%.

A intenção dos comerciantes em expandir os negócios caiu 6,1%, para 110,9 pontos, com recuo interanual de 7,1%.

Já as expectativas para contratação de funcionários subiram 1,3%, para 120,5 pontos, e o nível de investimento das empresas contraiu 23%, para 101,3 pontos - frente ao mesmo mês de 2021, os critérios contraíram 12,9% e 0,9%, respec-

De acordo com a FecomercioSP, em nota, o cenário se justifica pelas "preocupações com a conjuntura macroeconômica: alto endividamento das famílias, juros elevados, inflação em alta e política econômica a ser adotada pelo novo governo".

O Indice de Estoques (IE) caiu 1,4% em janeiro, para 114,5 pontos - avanço de 2,7% na base interanual. No mês, os comerciantes que indicavam adequação somaram 57,2%. O saldo é 0,9 ponto porcentual menor do que o registrado em dezembro, de 58%. Os comerciantes que indicavam inadequação somaram 42,6% nesta

BM Varejo Empreendimentos S.A. •

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30/11/2022 Data, Hora e Local: Em 30/11/22, 10h, na sede da Companhia. Presença: Presente a totalidade dos acionistas da Companhia. Convocação: Dispensada. Mesa: Presidente, Sra. Iris Rubins Pinto da Silva, Sra. Ana Beatriz Margarido Pires de Almeida Lobo, secretária, **Deliberações aprovadas: 6.1**, Aumentar o capital social no nontante de R\$ 115.802.851,18, representado por 5.110.615 novas ações ordinárias, nominativas e sen ralor nominal, com preco de emissão de R\$ 22,65927893 por ação. **6.1.1.** O capital social atual passa de R\$ 122.769.879,65 para R\$ 238.572.730,83 dividido em (i) 36.444.357 ações ordinárias e (ii) 100 ações preferenciais Classe A, todas nominativas e sem valor nominal; 6.1.2. As 1.795.264 ações ordinárias ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas por **Autonomy Global Opportunities Maste Fund LP**, com sede em Cayman Islands, sendo o montante total de R\$ 40.679.388,05 integralizado. Para os fins do aumento ora deliberado, todos os acionistas e o subscritor anuíram expressamente com todas as ondições para a emissão das ações ordinárias e respectiva integralização conforme ora deliberado, incluindo nas não se limitando a, as bases utilizadas para o preço de emissão das ações e a espécie das ações; e (ii As 3.315.351 ações ordinárias ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas por Gafisa Propriedades Incorporação, Administração, Consultoria e Gestão de Ativos Imobiliários S.A., com sede em São Paulo/SP, CNPJ/ME nº 08.168.657/0001-74, sendo o montante total de R\$ 75.123.463,13 integralizado nediante a conversão de (i) 15.000 Debêntures da Segunda Série, e (ii) 59.995 Debêntures da 1ª Série, ambas la 6º Emissão Privada de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações Ordinárias, em Duas Séries, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Garantia Real, para Colocação Privada da BM Varejo Empreendimentos S.A Os Acionistas renunciaram aos seus direitos de preferência na subscrição de novas ações representativas de aumento de capital. **6.1.3.** Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social: "Artigo 5º. *O capital social da Companhia* é de R\$ 238.572.730.83, dividido em 36.444.457 acões, sendo (a) 36.444.357 acões ordinárias e (b) 100 ações preferenciais Classe A, todas nominativas e sem valor nominal. Todas as ações ordinárias e todas as ações preferenciais Classe A encontram-se integralizadas em moeda corrente nacional." 6.2. Consolidar o Estatuto Social. Nada mais. JUCESP nº 3.523/23-8 em 10/01/23. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Infracommerce CXaaS S.A. CNPJ/ME nº 38.456.921/0001-36 - NIRE 35.300.557.36

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 06 de Outubro de 2022 1. Data, Hora e Local: Realizada em 06 de outubro de 2022, às 17h00, na sede da Infracommerce CXaaS S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 13, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Pedro Jereissati, Guilherme Weege, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Kai Philipp Schoppen, Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias, Claudia Worms Sciama e Estela Vieira. 3. Mesa: Presidente da Mesa: Pedro Jereissati; e Secretária: Amanda Pires de Almeida. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) a constituição e a instalação do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade da Companhia; (ii) a aprovação do Regimento Interno do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade da Companhia; e (iii) a eleição dos membros do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade da Companhia 5. Deliberações: (i) Os Srs. Conselheiros deliberaram aprovar a constituição e a instalação do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade da Companhia, como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente e não estatutário. (ii) Os Srs. Conselheiros deliberaram <u>aprovar</u> o Regimento Interno do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade da Companhia, conforme a redação constante no <u>Anexo I</u> à presente ata. (iii) Os Srs. Conselheiros deliberaram aprovar a eleição dos seguintes membros para compor o Comitê de Pessoas e Sustentabilidade da Companhia, com mandato unificado a partir desta data até a primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2023: a. Norton Rizzato Lara, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 8007702353, inscrito no CPF/ME sob o nº 530.648.100-. 06, com endereco comercial na Av. das Nacões Unidas, 12.901, 32º andar, Sala G, Torre Norte do Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04578-910, como Coordenador do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade; e b. João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.356.342, inscrito no CPF/ME sob o nº 050.269.878-00, com endereço comercial na Av. das Nações Unidas, 12.901, 32º andar, Sala G, Torre Norte do Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04578-910, como Membro do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade. (iv.1) Os membros ora eleitos (a) declaram, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e na Resolução CVM nº 80/22, conforme alterada, para as suas investiduras no Comitê de Pessoas e Sustentabilidade da Companhia; e (b) tomarão posse em seus cargos nesta data, mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse, observado o disposto no Artigo 5.1.5 do Regimento Interno do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade da Companhia. 6. Encerramento e Assinaturas: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata, assinada por todos os presentes. (aa) Mesa: Pedro Jereissati (Presidente); Amanda Pires de Almeida (Secretária). (aa) Membros do Conselho de Administração: Srs. Pedro Jereissati, Guilherme Weege, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Kai Philipp Schoppen, Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias, Claudia Worms Sciama e Estela Vieira. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 06 de outubro de 2022. Mesa: Pedro Jereissati -Presidente; Amanda Almeida - Secretária. JUCESP nº 687.555/22-0 em 12/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Infracommerce CXaaS S.A. CNPJ/ME n° 38.456.921/0001-36 - NIRE 35.300.557.361 Extrato da Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

Realizada em 9 de Dezembro de 2022 1. Data. Hora e Local: Realizada aos 9 (nove) dias do mês de dezembro de 2022, às 8h00, na sede da Infracommerce CXaaS S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 13, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do segundo, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Pedro Jereissati, Guilherme Weege, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Kai Philipp Schoppen, Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias, Claudia Worms Sciama e Estela Vieira. 3. Mesa: Presidente: Pedro Jereissati; Secretária: Amanda Pires de Almeida. 4. Ordem do Dia: (i) Consignar acerca do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Raffael Guarita Quintas Alves ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças da Companhia; e (ii) Deliberar acerca da eleição do Sr. Fabio Bortolotti como Diretor Vice-Presidente de Finanças da Companhia. 5. Deliberação: Iniciada a reunião, os membros do Conselho de Administração apreciaram, discutiram e deliberaram as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) Consignar acerca do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Raffael Guarita Quintas Alvesa oa cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças da Companhia: os Srs. Conselheiros consignarama acerca do de Diretor Vice-Presidente de Finanças da Companhia: os Srs. Conselheiros consignaram acerca do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Raffael Guarita Quintas Alves ao cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia, para o qual foi eleito em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 24 de fevereiro de 2021, conforme a carta de renúncia anexa apresentada à Companhia e que fica arquivada em sua sede social. (ii) <u>Deliberar acerca da eleição do Sr. Fabio Bortolotti como Diretor Vice-Presidente de Finanças da Companhia</u>: tendo em vista a renúncia registrada no item anterior, os Srs. Conselheiros deliberaram <u>aprovar</u> a eleição do Sr. Fabio Bortolotti, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.628.061-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 314.985.558-61, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 32º andar, Torre Norte do Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04578-910, para ocupar o cargo de <u>Diretor</u> Vice-Presidente de Finanças da Companhia, pelo prazo remanescente de mandato da Diretoria, a se encerrar na data da realização da primeira reunião do Conselho de Administração após a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. (ii.a) O Diretor ora eleito toma posse de seu cargo neste ato mediante assinatura do Termo de Posse, que será registrado em livro próprio da Companhia, na forma da legislação aplicável, o qual ficará arquivado na sede da Companhia (ii.b) O Diretor ora eleito declarou, sob as penas da lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividades empresárias, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. (ii.b) Em razão da deliberação tomada acima, o Sr. Fabio Bortolotti acumulará também o cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia, para o qual foi eleito em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2021. 6. Encerramento e Assinaturas: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata, assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente - Pedro Jereissati; Secretária - Amanda Pires de Almeida. Membros do Conselho de Administração: Pedro Jereissati, Guilherme Weege, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Kai Philipp Schoppen, Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias, Claudia Worms Sciama e Estela Vieira. Atesto que as deliberações acima foram extraídas da Ata lavrada no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 9 de dezembro de 2022. Mesa: Pedro Jereissati - Presidente; Amanda Pires de Almeida - Secretária. JUCESP nº 44.042/23-1 em 27/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

BM Varejo Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME n° 33.599.082/0001-91 - NIRE 35.300.536.070

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01 de Novembro de 2022

1. Data, Horário e Local: Aos 01 dia do mês de novembro do ano de 2022, às 10:00 horas, na sede social da BMVarejo Empreendimentos S.A. ("Sociedade"), localizada na Rua Itapeva, 538,12º andar, Parte, Bela Vista, CEP: 01332-000. 2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presenca de sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, nos termos do artigo 124, §4°, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro do 1976, conforme alterada. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sra. Irís Rubins Pinto da Silva e secretariados pelo Sr. Ana Beatriz M. P. Almeida Lobo. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Exame, discussão e votação da proposta de 1ª (segunda) emissão de notas Comerciais da Sociedade, em série única, da espécie quirografária, para colocação privada, totalizando, na Data de Emissão (conforme abaixo definido), o valor de até R\$ 5.050.000,00 (cinco milhões e cinquenta mil reais), nos termos do artigo 45 da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme em vigor ("Emissão" e "<u>Notas Comerciais</u>" respectivamente"). 4.2. Aprovação da celebração pela Sociedade do *"Termo de Emissão* da 1º Ernissão (Primeiro) Emissão de Notas Comerciais em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Privada, da **BM Varejo Empreendimentos S.A.**" ("<u>Termo</u>" ou "<u>Termo</u> de Emissão"). 4.3. Autorização para que os administradores da Sociedade pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização e efetivação da contratação dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão, tais como os assessores legais, o escriturador e o agente de liquidação, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação. 4.4. Autorização para que os administradores da Sociedade realizem aditamentos ao Termo de Emissão e aos demais Documentos da Operação (conforme definidos no Termo de Emissão), sem a necessidade de nova aprovação prévia dos sócios, 4.5. Ratificação de todo e gualque ato já praticado por representantes da Sociedade, em relação às matérias aprovadas da Ordem do Dia 5. Deliberações: Instalada a reunião e após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os sócios da Sociedade, unanimemente, sem restrições ou ressalvas, deliberaram: 5.1. Aprovar a Dia, os socios da Sociedade, final inferiente, seri restrições da Tessadves, deliberataria. S. r. Aprova Emissão, com as seguintes características: (i) Número da Emissão: A Emissão constitui a 1ª emissão de Notas Comerciais da Sociedade; (ii) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R\$5.050.000,00 (cinco milhões e cinquenta mil reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); (iii) Número de Séries A Emissão será realizada em série única; (iv) Quantidade de Notas Comerciais: Seráo emitidas 5.050 (Cinco mil e cinquenta) Notas Comerciais; (v) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Notas Comerciais será de R\$ 1,000.00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (vi) Distribuição Parcial Não será admitida a distribuição parcial das Notas Comerciais; (vii) *Destinação dos Recursos*: Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão destinados para capital de giro; (viii) *Data de Emissão* Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais será o dia 01 de novembro de Para todos os inis e eleitos legais, a data de enissa das rotas dos solas sela o dia vi de rota el 1922 ("<u>Data de Emissão</u>"); (x) *Data de Inicio da Rentabilidade*: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Data de Emissão ("<u>Data de Início da Rentabilidade</u>"); (x) *Forma, Tipo e* Comprovação de Titularidade: As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido no Termo); (xi) Conversibilidade: As Notas Comerciais não serão conversíveis em quotas de emissão da Sociedade ou em qualquer outra forma de participação societária na Sociedade; (xii) Espécie: As Notas Comerciais serão da espécie quirografária; zo e Data de Vencimento: Observado o disposto no Termo, as Notas Comerciais terão vencimento: em 20 de dezembro de 2022 ("<u>Data de Investimento</u>"); (xiv) *Preço de Subscrição e Forma de Integralização.* A totalidade das Notas Comerciais será subscrita e integralizada à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição e em única data, pelo seu Valor Nominal Unitário, sem qualquer atualização, nos termos do respectiva Boletim de Subscrição das Notas Comerciais; (xv) Atualização Monetária das Notas Comerciais: O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; (xvi) Remuneração das Notas Comerciais: Sobre o valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, será atualizado pela variação acumulada do índice Nacional de Preços ao Consumido Amplo calculado ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data de Subscrição até a data do efetivo pagamento ("Atualização Monetária") sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais ("Valor Nominal Atualizado") calculado de forma *pro rata temporis* dos Días úteis e acrescida de spread (sobretaxa) de 9,00% a.a. (um por cento ao ano), base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Días Úteis ("<u>Remuneração</u>"). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão: (xvii) Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido no Termo), e Aquisição Facultativa (conforme definida no Termo), nos termos previstos no Termo de Emissão a Remuneração será paga na Data de Vencimento; (xviii) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário: Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, de Resgate Antecipado Compulsório Total, e Aquisição Facultativa, e vencimento antecipado, nos termos previstos no Termo de Emissão, o Valor Nomina Atualizado das Notas Comerciais será amortizado na Data de Vencimento; (xix) Resgate Antecipado Facultativo Total: A Sociedade poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Titulares de Notas Comerciais, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado total das Notas Comerciais ("<u>Resgate Antecipado Facultativo</u>"), mediante aviso prévio de 2 (dois) dias úteis. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor a ser pago aos Titulares de Notas Comerciais será equivalente (i) ao Valor Nominal Atualizado das Notas Comerciais a serem resgatadas, acrescido; (ii) da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, devidos e ainda não pagos, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data do Resgate Antecipado Facultativo; (xx) Aquisição Facultativa: A Sociedade poderá, a qualquer tempo, adquirir Notas Comerciais, condicionado ao aceite do respectivo Titular de Notas Comerciais vendedor por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Atualizado, acrescido da Remuneração, conforme o caso, observados os demais termos e condições previstos no Termo de Emissão (xxi) *Amortização Extraordinária:* As Notas Comerciais não serão objeto de amortização extraordinária facultativa; (xxii) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Nota Comerciais, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Sociedade de qualquer quantia devida aos Titulares das Notas Comerciais, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Sociedade ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um por cento) ao mês desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago; (xxiii) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Nota Comerciais serão efetuados pela Sociedade no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pelo Escriturador; (xxiv) Eventos de Vencimento Antecipado: Os titulares das Notas Comerciais clarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes do Termo de Emissão, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme definidos no Termo de Emissão. 5.2. Aprovar a celebração pela Sociedade do Termo de Emissão, 5.3. Autorizar os administradores da de a praticarem todos os atos, tomarem todas as providências e adotarem todas as medidas necessárias à formalização e efetivação da contratação dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão, tais como os assessores legais, o escriturador e o agente de liquidação, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação, 5.4. Autorizar os administradores da Sociedade a realizarem aditamentos ao Termo de Emissão e aos demais Documentos da Operação, sem a necessidade de nova aprovação prévia. Os termos grafados em letras maiúsculas, que não tenham sido de outra forma aqui definidos, têm os significados a eles atribuídos no Termo de Emissão cuja minuta encontra-se arquivada na sede da Sociedade e foi lida e aprovada. Adicionalmente, a presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizado em 01 de novembro de 2022 ("Ata de Assembleia") será assinada eletronicamente, nos termos do Art. 10, §1º, da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e do artigo 5º do Decreto nº 10.278/2020. Ainda que esse documento a fosse assinado em local diverso, o local de celebração desta Ata de Assembleia é, para todos os fins, a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme abaixo Indicado. Ademais, ainda que qualquer dos signatários venha a assinar digitalmente esta Ata de Assembleia em data diversa, a data de celebração e assinatura desta Ata de Assembleia é, para todos os fins, 01 de novembro de 2022, data em que alcançaram um acordo integral sobre os termos e condições do presente Ata de Assembleia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada,

foi assinada por todos os presentes, conforme assinaturas no livro próprio. Mesa: Presidente; Iris Rubins Pinto da Silva - Secretária, Ana Beatriz M. P. Almeida Lobo, Mesa: Iris Rubins Pinto da Silva - Presidente: Ana

Beatriz M. P. Almeida Lobo - Secretária. **JUCESP** nº 2.233/23-0 em 05/01/2023. Gisela Simiema Ceschin

Secretária Geral

Infracommerce CXaaS S.A. CNPJ/ME nº 38.456.921/0001-36 - NIRE 35.300.557.36

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 10 de Outubro de 2022 1. Data, Hora e Local: Realizada em 10 (dez) de outubro de 2022, às 11h00, na sede da Infracommerce CXaaS S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 13, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Pedro Jereissati, Guilherme Weege, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Kai Philipp Schoppen, Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias, Claudia Worms Sciama e Estela Vieira. 3. Mesa: Presidente da Mesa: Pedro Jereissati; e Secretária: Amanda Pires de Almeida. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) um aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante ão de acões ordinárias com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações, em conformidade com o disposto no Art. 171, §3°, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e no Art. 6°, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, com relação ao exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 19 de fevereiro de 2021 ("<u>Plano de Opção de Compra</u>"); (ii) a homologação do aumento de capital social da Companhia; (iii) a apresentação de proposta de reforma do *caput* do Art. 5º do Estatuto Social na próxima assembleia geral de acionistas da Companhia; e (iv) a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização das deliberações aqui consubstanciadas. **5. Deliberações** Colocadas as matérias acima em discussão e posterior votação, os membros do Conselho de Administração por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram: (i) um aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$3.307.345,73 (três milhões trezentos e sete mil trezentos e quarenta e cinco reais e setenta e três centavos), o qual passará de R\$1.636.940.561,07 (um bilhão, seiscentos e trinta e seis milhões, novecentos e quarenta mil, quinhentos e sessenta e um reais e sete centavos) para R\$1.640.247.906,80 (um bilhão, seiscentos e quarenta milhões, duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e seis reais e oitenta centavos), mediante a emissão de 2.614.863 (dois milhões, seiscentos e quatorze mil, oitocentas e sessenta e três) novas ações ordinárias, ao preço médio de aproximadamente R\$1,26 por ação, observadas as condições do Plano de Opção de Compra, aplicáveis aos respectivos beneficiários, passando o capital social da Companhia, até então dividido em 361.938.552 (trezentos e sessenta e um milhões, novecentos e trinta e oito mil e quinhentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, a ser dividido em 364.553.415 (trezentos e sessenta e quarto milhões quinhentos e cinquenta e três mil, quatrocentas e quinze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no Art. 171, §3°, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do Art. 6º, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia. (i.1) As ações ordinárias ora emitidas são atribuídas aos beneficiários do Plano de Opção de Compra, em decorrência do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra, e conforme manifestação dos referidos beneficiários nos termos determinados pela Companhia. (1.2) A subscrição e integralização das ações ora emitidas se dá na forma especificada nos respectivos boletins de subscrição do agente escriturador, devidamente assinados, e que ficam arquivados na sede da Companhia. (i.3) As ações ordinárias ora emitidas farão jus aos dividendos e demais proventos que vierem a ser declarados pela Companhia a partir desta data; (ii) a homologação, em razão da aprovação do item (i) acima, do aumento do capital da Companhia no montante de R\$3.307.345,73 (três milhões, trezentos e sete mil, trezentos e quarenta e cinco reais e setenta e três centavos), mediante a emissão de 2.614.863 (dois milhões, seiscentos e quatorze mil, oitocentas e sessenta e três) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal; (iii) aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, em razão da aprovação dos itens (i) e (ii) acima, a apresentação da seguinte proposta de alteração da redação do caput do Art. 5º do Estatuto Social na próxima assembleia geral de acionistas da Companhia: **Redação Proposta:** "Artigo 5" O capital social da Companhia e de R\$1.640.247.906,80 (um bilhão, seiscentos e quarenta milhões, duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e seis reais e oitenta centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 364.553.415 (trezentos e sessenta e quarto milhões, quinhentos e cinquenta e três mil. quatrocentas e quinze) acões, sendo todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal." (iv) a autorização à Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à consecução das deliberações tomadas acima, bem como assinar quaisquer documentos necessários para tanto. 6. Encerramento e Assinaturas: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata, assinada por todos os presentes. (aa) Mesa: Pedro Jereissati (Presidente); Amanda Pires de Almeida (Secretária). (aa) Membros do Conselho de Administração: Srs. Pedro Jereissati, Guilherme Weege, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Kai Philipp Schoppen, Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias, Claudia Worms Sciama e Estela Vieira. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Mesa Pedro Jereissati - Presidente; Amanda Pires de Almeida - Secretária. JUCESP nº 674.128/22-9 em 30/11/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Infracommerce CXaaS S.A.

CNPJ/ME nº 38.456.921/0001-36 - NIRE 35.300.557.361
Extrato da Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Admini Realizada em 9 de Dezembro de 2022

 Data, Hora e Local: Realizada aos 9 (nove) días do mês de dezembro de 2022, às 8h30, na sede da Infracommerce CXaaS S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 13, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Pedro Jereissati, Guilherme Weege, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Kai Philipp Schoppen, Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias, Claudia Worms Sciama e Estela Vieira. 3. Mesa: Presidente: Pedro Jereissati; Secretária: Amanda Pires de Almeida. 4. Ordem do Dia: (i) Deliberar acerca da atualização da Política de Remuneração da Companhia; e (ii) Deliberar acerca do Calendário de Eventos Corporativos da Companhia para o exercício de 2023. 5. Deliberação: Iniciada a reunião, os membros do Conselho de Administração apreciaram, discutiram e deliberaram as seguintes matérias da Ordem do Dia: (1) <u>Deliberar acerca da proposta de atualização da Política de Remuneração da Companhia</u> em linha com as recomendações favoráveis emitidas pelo Comitê de Pessoas e Sustentabilidade e pelo Comitê de Auditoria, os Srs. Conselheiros deliberaram aprovar a atualização da Política de Remuneração da Companhia, a qual terá a redação do Anexo I à presente ata, ficando disponível também na sede da Companhia. (ii) Deliberar acerca do Calendário de Eventos Corporativos da Companhia para o exercício de 2023: os Srs. Conselheiros deliberaram aprovar o Calendário de Eventos Corporativos da Companhia para o exercício de 2023: os Srs. Conselheiros deliberaram aprovar o Calendário de Eventos Corporativos da Companhia para o exercício de 2023. 6. Encerramento e Assinaturas: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata, assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente - Pedro Jereissati; Secretária - Amanda Pires de Almeida. Membros do Conselho de Administração: Pedro Jereissati, Guilherme Weege, João Paulo Brotto Goncalves Ferreira, Kai Philipp Schoppen, Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias, Claudia Worms Sciama e Estela Vieira. Atesto que as deliberações acima foram extraídas da Ata lavrada no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, de dezembro de 2022. Mesa: Pedro Jereissati - Presidente; Amanda Almeida - Secretária. JUCESP nº 26.883/23-5 em 20/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

BM Varejo Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME 33.599.082/0001-91 - NIRE 35.300.536.070

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 6ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações Ordinárias, em Duas Séries, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Garantia Real, para Colocação Privada da BM Varejo Empreendimentos S.A., Realizada em 02 de Dezembro de 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 02 (dois) días do mês de dezembro de 2022, às 18:00 horas, na sede social da BM Varejo Empreendimentos S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapeva, nº 538, 12º andar - parte, Bela Vista, CEP 01332-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 33.599.082/0001-91 ("Emissora"), com a presença dos Debenturistas (conforme abaixo definido) representando low (cem por cento) das Debêntures em circulação, cujos votos foram apresentados de forma válida para a **Trustee** Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.477, 11° andar - Torre A, Itaim Bibi, CEP 04.538-133, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 67.030.395/0001-46, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"). 2. Convocação: Dispensada a convocação diante da presença de Debenturistas representando 100,00% (cem por cento) das Debêntures em circulação, conforme facultado nos termos do artigo 71, par. 2°, e 124, par. 4° da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.").

3. Presença: Presentes: (i) os debenturistas detentores da totalidade das debêntures em circulação emitidas no âmbito da 6ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Conversíveis em Acões Ordinárias, em Duas Séries, da Espécie Ouirografária a ser Convolada em Garantia Real, para Colocação Privada da Emissora ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente), conforme lista de presença anexa à presente ata como Anexo I; (ii) os representantes da Emissora; e (iii) os representantes do Agente ariexa a presente au como antexo (i, (ii) os representantes da Carinasoria, e (iii) os representantes da Carinasor Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("IPCA") e alteração da metodologia de cálculo da Remuneração, ambas as alterações de forma retroativa desde a primeira data de integralização; (ii) a alteração de determinadas características da emissão e das Debêntures, para fins de registro da Oferta Privada e das Debêntures perante o sistema de registro de valores mobiliários - segmento Balcão B3 - administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); (iii) a convolação das Debêntures em espécie com garantia real; (iv) a inclusão na Destinação de Recursos do pagamento da 1ª e 2ª Notas Comerciais emitidas pela Emissora; (v) a alteração dos procedimentos de conversão, para possibilitar a solicitação de conversão pelos Debento dia 30 de novembro e o dia 30 de dezembro, e na Data de Vencimento; e (vi) a autorização à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos necessários para a implementação das deliberações desta assembleia. 6. Deliberações: Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia restou decidido pelos Debenturistas, titulares da totalidade das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção, aprovar: (i) A inclusão de atualização monetária a ser aplicável sobre o Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures de 1st e 2st Série da 6st Emissão, pela variação acumulada do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado ("<u>IPCA</u>"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística ("IBGE") e alteração da metodologia de cálculo da Remuneração, ambas as alterações de forma retroativa desde a primeira data de integralização até a data do efetivo pagamento das Debêntures. Ficam desde já aprovados os ajustes necessários à Escritura de Emissão, conforme vier a ser determinado em conjunto pela Emissora e o Agente Fiduciário; (ii) A alteração de determinadas características da Emissão e das Debêntures, incluindo a forma e tipo das Debêntures, que passarão a ser escriturais, de forma a e possibilitar a realização do registro da Oferta Privada e das Debêntures, em nome de seus respectivos titulares, no Balcão B3, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); (iii) A convolação das Debêntures da Emissão em espécie com Garantia Real, considerando a Alienação Fiduciária de Ações outorgada em favor do Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, assinado por Fundo de Investimento em Participações Matarazzo Multiestratégia, como Cedente, em favor do Agente Fiduciário, com a anuência da Emissora, nesta data (iv) Os ajustes necessários à Destinação de Recursos das Debêntures, para inclusão do pagamento da 1º e 2º Notas Comerciais emitidas pela Emissora. Ficam desde já aprovados os ajustes necessários à Escritura de Emissão, conforme vier a ser determinado em conjunto pela Emissora e o Agente Fiduciário; (v) Os ajustes necessários aos procedimentos de conversão, para possibilitar a solicitação de conversão pelos Debenturistas entre o dia 30 de novembro e o dia 30 de dezembro, e na Data de Vencimento. Ficam desde já aprovados os ajustes necessários à Escritura de Emissão, conforme vier a ser determinado em conjunto pela Emissora e o Agente Fiduciário: e (vi) A autorização para que a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os atos necessários para a implementação das deliberações desta assembleia, inclusive aditamentos a Escritura de Emissão e outros documentos correlatos. 7. Disposições Finais: As partes aqui presentes ("Partes") reconhecem a autenticidade, integridade, validade e eficácia desta ata conforme o disposto nos artigos 219 e 220 do Código Civil Brasileiro, em formato eletrônico e/ou assinado pelas Partes por meio de certificados eletrônicos emitidos pela ICP-Brasil ou não, conforme o disposto no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.220-2/2001. 8. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a Assembleia Geral de Debenturistas foi encerrada e lavrada no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. São Paulo, 02 de dezembro de 2022. Iris Rubins Pinto da Silva - Presidente da Mesa; Zélia Pereira de Souza - Secretária da Mesa. Emissora: BM Varejo Empreendimentos S.A.. Agente Fiduciário: Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.. Debenturistas: Gafisa Propriedade Incorporação, Administração, Consultoria e Gestão de Ativos Imobiliários S.A.. JUCESP nº 2.633/23-1 em 05/01/2023. Gisela Simiema Ceschin -

BM Varejo Empreendimentos S.A. =

CNPJ/ME 33.599.082/0001-91 - NIRE 35.300.536.070 o do Conselho de Administração Realizada em 20 de Dezembro de 2022 Data, Hora e Local: Aos 20 dias do mês de dezembro de 2022, às 11h00, na cidade de São Paulo. Estado de São Paulo, na sede da **BM Varejo Empreendimentos S.A.,** localizada na Rua Itapeva, 538, 12º andar, parte, Bela Vista, CEP 01332-000 ("Companhia"). Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, face à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Mesa: Os membros do Conselho de Administração elegeram para Presidente da Mesa a Sra, Iris Rubins Pinto da Silva, que indicou como sua secretária a Sr. Bolívar Francisco Alves Filho. Ordem do Dia: Em atenção ao Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros decidem deliberar sobre a eleição de novo diretor sem designação específica para a Companhia. Deliberações: Os conselheiros presentes, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restricões, dissidências ou manifestações de voto em contrário. deliberam por aprovar a eleição do Sr. Lauro José Melloni Gomes Chacon, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade de RG nº 17973726 - SP. inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob nº 107.030.088-89, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Itapeva, 538, 12º andar, Bela Vista, CEP 01332-000, na cidade e Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, com mandato que se inicia na presente data e se encerra em 17 de novembro de 2024, conforme Termo de Posse anexo à presente como Anexo I. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Assinaturas: Mesa: Iris Rubins Pinto da Silva - Presidente; Bolívar Francisco Alves Filho Secretário; Conselheiros Presentes: Alexandre Ludovic Allard; Iris Rubins Pinto da Silva; Tama Tanzilli; François Reyl e Xavier Ledru. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio arquivado na sede da Companhia. São Paulo, 20 de dezembro de 2022. Mesa: Iris Rubins Pinto da Silva - Presidente; Francisco Alves Filho - Secretário. JUCESP nº 4.517/23-4 em 13/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral

Infracommerce CXaaS S.A. CNPJ/ME nº 38.456.921/0001-36 - NIRE 35.300.557.361 Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração

Realizada em 10 de Novembro de 2022 1. Data, Hora e Local: Realizada aos 10 (dez) días do mês de novembro de 2022, às 14h00, na sede da Infracommerce CXaaS S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 13, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Pedro Jereissati, Guilherme Weege, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Kai Philipp Schoppen, Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias, Claudia Worms Sciama e Estela Vieira. **3. Mesa:** Presidente: Pedro Jereissati: Secretária: Amanda Pires de Almeida, 4. Ordem do Dia: (i) Tomar conhecimento acerca das atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria no período encerrado em 30 de setembro de 2022; e, (ii) Deliberar acerca do Relatório da Administração e as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2022 (3ºITR). 5. Deliberações: Colocadas as matérias acima em discussão, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram: (i) Tomar conhecimento acerca das atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria no período encerrado em 30 de setembro de 2022: tomar conhecimento do reporte realizado pela Sra. Estela Vieira, Conselheira e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Companhia, em cumprimento ao disposto no item 4.2.2 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, acerca das atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria no período encerrado em 30 de setembro de 2022, incluindo o acompanhamento da emissão do formulário de informações trimestrais - ITR da Companhia referente ao período encerrado em 30 de setembro de 2022, do trabalho de revisão e do correspondente relatório emitido pela auditoria independente, dentre outros temas circunstanciados nas atas das reuniões do Comitê de Auditoria da Companhia. (ii) Deliberar acerca do Relatório da Administração e Informações Trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2022 (3ºITR): aprovar o Relatório da Administração e as Informações Trimestrais da Companhia, acompanhadas das Notas Explicativas, referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2022 (3ºITR), que foram objeto de: (a) relatório sem ressalvas emitido pela KPMG Auditores Independentes; (b) parecer sem ressalvas do Comitê de Auditoria; e (c) manifestação da Diretoria, que concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores ndependentes e com as referidas informações trimestrais. **6. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata, assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente - Pedro Jereissati; Secretária - Amanda Pires de Almeida. Membros do Conselho de Administração: Pedro Jereissati, Guilherme Weege, João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira, Kai Philipp Schoppen, Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias, Claudia Worms Sciama e Estela Vieira. Atesto que as deliberações acima foram extraídas da Ata lavrada no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 10 de novembro de 2022. Mesa: Pedro Jereissati - Presidente; Amanda Álmeida - Secretária. **JUCESP** nº 692.064/22-9 em 16/12/2022. Gisela Simiema Ceschin -

BM Varejo Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME 33.599.082/0001-91 - NIRE 35300536070

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Dezembro de 2022 para Rerratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 05 de Maio de 2022 Data, Hora e Local: Realizada no dia 02 de dezembro de 2022 às 10 horas, na sede da BM Varejo Empreendimentos S.A., localizada na Rua Itapeva, 538, 12º andar - parte, CEP 01332-000, Bela Vista, na Cidade e Estado de São Paulo ("Companhia" ou "Emissora"). Convocação e Presença: Dispensação diante da presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% do capital social da Companhia, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme as assinaturas constantes abaixo e no livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Os acionistas elegeram para Presidente da Mesa a Sra. Iris Rubins Pinto da Silva, que convidou a Sr. Bolívar Francisco Alves Filho para secretariá-la. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (I) A rerratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 do maio de 2022, na qual foi aprovada a realização da sexta emissão privada de debêntures simples, conversíveis em ações ordinárias, em duas sérias, da espécie com quirografária a ser convolada em garantia real, para distribuição colocação privada ("Sexta Emissão", "Debêntures" e "Oferta Privada" respectivamente), para retificar e ratificar determinadas características da Emissão, da Oferta Privada, das Debêntures e da Garantia; e (ii) a autorização à Diretoria da Companhia referente à prática do todo e qualquer ato necessário à efetivação da Sexta Emissão e da Oferta Privada. **Deliberações**: Iniciados os trabalhos, os acionistas, por unanimidade de votos, e sem quaisquer ressalvas, aprovaram na presente data (i) a rerratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de maio de 2022 ("AGE Original"), na qual foi aprovada a realização da sexta emissão privada de debêntures simples, conversíveis em ações ordinárias, em duas séries, da espécie com quirografária a ser convolada em garantia real, para distribuição colocação privada ("Sexta Emissão", "Debêntures" e "Oferta Privada," respectivamente, para retificar e ratificar determinadas características da Emissão, da Oferta Privada, das Debêntures de forma a permitir o registro da Oferta Privada e do ativo no CETIP21, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. · Brasil, Bolsa, Balcão B3 ("B3"), bem como para convolar às Debêntures em Garantia Real, uma vez verificada pelo Agente Fidunciário a condições suspensivas da alienação fiduciária, alterando, em especial os itens 1.6. 1.7, 2.3, 2.5 e ss., 2.7, 2.8, 2.10 e 2.11 da AGE Original e ainda ratificar o Primeiro Aditamento à Escritura Particular de 6ª Emissão de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações Ordinárias, em Duas Séries, a ser convolada em Garantia Real, para Distribuição Privada da Companhia ("Escritura"). Assim ficam retificadas e ratificadas as condições da Sexta Emissão e da Oferta Privada, conforme abaixo: 1. Das Características da Emissão: 1.1. Número da Emissão: Trata-se da 6º Emissão de Debêntures Privada da Companhia. 1.2. Número de Séries: A Emissão será realizada em 2 (duas) séries. 1.3. Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão, considerando-se a Primeira Série e a Segunda Série, será de R\$ 123.000.000,00 (cento e vinte e três milhões de reais). 1.4. Quantidade de Debêntures da Emissão: Serão emitidas 123.000 (cento e vinte e três mil) Debêntures, sendo: a. 78.000 (setenta e oito mil) ("Debêntures da Primeira Série") em primeira série de Emissão ("Primeira Série"); e b. 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures ("<u>Debêntures da Segunda Série</u>" e, quando mencionadas conjuntamente com as Debêntures da Primeira Série, simplesmente em segunda série de Emissão ("Segunda Série"). 1.5. Procedimento de Colocação: As Debêntures serão objeto de distribuição privada pela Companhia, sem intermediação de Instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. 1.6. Subscrição: As Debêntures serão subscritas pelo(s) Debenturista(s) por meio da celebração dos respectivos Boletins de Subscrição, conforme modelo a ser enviado pela Companhia. As Debêntures de cada Série poderão ser integralizadas em uma ou mais tranches, fora do âmbito da B3, em moeda corrente nacional ou mediante dação em pagamento de ativos e ou créditos detidos pelo(s) Debenturista(s) perante a Emissora, incluindo, mas não se limitando, a Notas Comerciais, Cédulas de Crédito Bancário, e outros, conforme vier a sei especificado no respectivo Boletim de Subscrição. 1.7. Destinação dos Recursos: A Emissão ocorre no contexto de ajuste das obrigações existentes da Emissora, buscando consolidá-las em um só instrumento, além de prover novos recursos para as atividades da Companhia. Os recursos advindos da Primeira Série serão canalizados ao ajuste de dividas, quais sejam a CCB nº 0917/2021 emitida pelo Banco Master e a 4º Emissão de Debêntures da Emissora. Os recursos advindos da **Segunda Série** serão canalizados ao ajuste de dívidas, quais sejam a Primeira Nota Comercial da Companhia emitida em 01 de novembro de 2022, e Segunda Nota Companhia emitida em 06 de dezembro de 2022, e para capital de giro. O Agente Fiduciário poderá solicitar à Emissora o envio de declaração evidenciando e comprovando a utilização de recursos, obrigando se a Emissora a fornecer referida declaração em até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da solicitação, bem como os documentos com probatórios ao Agente Fiduciário, conforme o caso, em até 15 quinze dias contados da data de recebimento da solicitação. A obrigação da comprovação da destinação dos recursos subsistirá até a comprovação da totalidade dos recursos decorrentes da Emissão. 2. Características das Debêntures: 2.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). 2.2. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão será 05 de maio de 2022 ("Data de Emissão"). 2.3. Data de Vencimento: As Debêntures terão vencimento em 15 de maio de 2023 ("Data de Vencimento"), 2.4. Forma e Conversibilidade: As Debêntures são simples e conversíveis em acões da Companhia. **2.5. Garantia:** Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, devido nos termos desta Escritura de Emissão, da Remuneração e quaisquer outros valores aqui previstos, conforme aplicável, bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas nesta Escritura de Emissão, honorários do Agente Fiduciário e despesas, inclusive judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturistas na constituição, formalização, execução e/ou excussão da garantia prevista nesta Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas") será constituída, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, alienação fiduciária de 25% (vinte e cinco por cento) das ações detidas pelo FIP na Companhia ("Alienação Fiduciária"). 2.5.1. A Garantia Real referida acima será outorgada em caráter irrevogável e irretratável, vigendo até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da presente Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes á formalização da Garantia Real, firmados entre a Emissora, o Agente Fiduciário, e demais partes de referidos instrumentos, se for o caso. 2.5.1.1 O Contrato de Alienação Fidunciária de Ações, assim como quaisquer aditamentos subsequentes ao mesmo, serão registrados no(s) competente(s) RTD(s), conforme estipulado no respectivo instrumento e nos prazos ali previstos, devendo ser entregue 1 (uma) via para o Agente Fiduciário, no prazo de 3 (três) dias da data do efetivo registro. 2.7. Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas pelo(s) Debenturista(s) por meio da celebração dos respectivos Boletins de Subscrição, conforme modelo a ser enviado pela Companhia. As Debêntures de cada Série poderão ser integralizadas em uma ou mais tranches, fora do âmbito da B3, em moeda corrente nacional ou mediante dação em pagamento de ativos e ou créditos detidos pelo(s) Debenturista(s) perante a Emissora, incluindo, mas não se limitando, a Notas Comerciais, Cédulas de Crédito Bancário, e outros, conforme vier a ser especificado no respectivo Boletim de Subscricão, 2.8. Remuneração e Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a primeira data de integralização até a data do efetivo pagamento, conforme previsto na Escritura aditada. As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 9,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, a ser paga somente na respectiva data de vencimento, observado na Cláusula 3.20 da Escritura. O cálculo da Remuneração de ambas as séries obedecerá a fórmula constante no item 3.15.1 e ss. do Escritura aditada, 2.9. Pagamento da Remuneração: A Remuneração apurada nos termos do item 2.8 será paga somente na respectiva data de vencimento, podendo ser pagas mediante entrega de ações de emissão da Companhia, por iniciativa e exclusiva decisão da Emissora. Neste caso, o valor da Remuneração deverá ser agregado para fins de cálculo da convesibilidade prevista na Escritura.

2.10. Amortização: As Debêntures serão amortizadas nas Data de Vencimento, sendo certo que todas as Debêntures que sejam objeto de conversão não serão amortizadas na Data de Vencimento, por já terem sido convertidas. 2.11. Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária: A Émissora poderá, a qualquer momento a contar da Data de Emissão, iniciar o procedimento de resgate ou amortização extraordinária, limitado a até 98% (noventa e oito por cento) do saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures no caso da Amortização Extraordinária, sem a Incidência de qualquer penalidade ou multas, mediante notificação a ser enviada ao Debenturista e ao Agente Fiduciário com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência e comunicação à B3 com 3 (três) dias úteis de antecedência da realização do Resgate Antecipado Facultativo e/ou Amortização Extraordinária. Tal comunicado deverá conter os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo e/ou Amortização Extraordinária, que incluem, mas não se limitam (i) à data do Resgate Antecipado Facultativo e/ou Amortização Extraordinária; (ii) menção ao valor do Resgate Antecipado Facultativo e/ou Amortização Extraordinária; (ii) menção ao valor do Resgate Antecipado Facultativo e/ou valor da Amortização Extraordinária; e (iii) quaisquer outras Informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo e/ou da Amortização Extraordinária ("<u>Comunicação de Resgate/Amortização</u>"). 2.12. **Vencimento Antecipado:** Não haverá hipótese de vencimento antecipado das debêntures. 2.13. **Multa e Juros Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de gualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2,00% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso. **3. Garantia: 3.1.** As obrigações da Emissora sob esta Escritura de Emissão serão garantidas na forma da Cláusula 3.17 da Escritura ("Garantia"), conforme Alienação Fiduciária a ser constituída na Data de Emissão, a favor dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, sobre 25% (vinte e cinco por cento) das ações detidas pelo FIP na Companhia ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); (ii) Os acionistas presentes, representando 100% (cem por cento) do capital total da Companhia, renunciam expressamente aos seus direitos de preferência para a subscrição das Debentures, para os fins do §3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Acões: (iii) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas e quaisquer providências necessárias à efetivação Sexta Emissão, inclusive, mas não se limitando, a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas e assinar os documentos e contratos necessários ã efetivação da Oferta Privada e seus eventuais aditamentos, ratificando-se, ainda, todos os atos até então praticados em conformidade com a presente deliberação. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos lavrando-se a presente ata na forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 130 da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme e assinada, Mesa: Presidente: Iris Rubins Pinto da Silva, Secretário: Bolíva Francisco Alves Filho. Acionistas: Fundo de Investimento em Participações Matarazzo - Multiestratégia, representado por seu administrador, Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.; Allard Invest Holding Brésil S.à.r.l., por sua bastante procuradora, Sra, Tama Tanzilli: Autonomy Global Opportunities Sà.r.I., por seu bastante procurador, Sr. Mauro Cesar Leschziner. Certificamos que presente atá foi lavrada na forma de sumário, como faculta o artigo 130, §1º da Lei das Companhias por Ações, e reproduz exatamente o original lavrado no Livro de Registro de Atas das Assembleias Gerais. São Paulo, 02 de dezembro de 2022. Mesa: **Iris Rubins Pinto da Silva -** Presidente da Mesa; **Bolivar Francisco Alves Filho** Secretário da Mesa. JUCESP nº 2.632/23-8 em 05/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

TIMBER XI SPE S.A.

CNPJ/ME N.º 25.186,848/0001-88 - NIRE 35.300.493.16-8 Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2022. (Lavrada sob a forma de sumário, como Ata da Assembleia deral Extraordinana realizada em 10 de outubro de 2022. (Lavrada soo a forma de sumano, como faculta o arigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76). 1 Data, Hora e Local: Em 10 de outubro de 2022, às 11:00 horas, na sede da Timber XI SPE S.A., localizada na Rua Alexandrino de Moraes, 270, salas 01, 02 e 03, na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo, CEP 18407-130. 2. Cornvocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, \$4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade. 3. Mesa: Presidente: Sr. Matheus de Barros Moura; e Secretária: Sra. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro. 4. Ordem do Día e Deliberações: Após exame e discussão das matérias. a totalidade dos acionistas aprovou, sem quaisquer reservas ou ressalvas: (I) a publicação desta ata na forma prevista no § 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações; (II) a distribuição de dividendos, utilizando-se da conta Reserva de Lucros, decorrente do Lucro Líquido do exercício corrente, com base nas demonstrações financeiras, no valor total de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), a serem pagos aos acionistas da Sociedade na propoção da participação detida por cada um no capital social da Sociedade, da seguinte forma: (a) BTG Pactual Timberland Fund I - FIP receberá o montante total de RS 5.866.666,63 (cinco milhões e oitocentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centa-vos) a titulo de dividendos, e (b) BTGI Investimentos Florestais S.A. receberá FS 2.133.333,37 (dois milhões e cento e trinta et rés mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos) at titulo de dividendos, os quais serás pagos pela Sociedade em até 5 (cinco) dias contados da presente data. 5. Enceramento: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavartura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e aprovada pelos acionistas, tendo sido assi-nada por todos os presentes. Mesa: Presidente - Matheus de Barros Moura; e Secretária - Fernanda Jorge Stallone Palmeiro. Acionistas: BTG Pactual Timberland Fund I - FIP, neste ato representada por sua gestora, a BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda. e BTGI Investimentos Florestais S.A.. Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio São Paulo, 10 de outubro de 2022. **Fernanda Jorge Stallone Palmeiro** - Secretária. JUCESP nº 658.317/22-2 em 16/11/2022. **YANOMAMIS**

Desvio de remédios para garimpeiros será apurado

Fiocruz relata ter recebido a informação de que medicamentos para malária estão sendo vendidos para mineradores irregulares na Amazônia

Saúde investiga denúncias de desvio de remédios destinados aos Yanomamis para garimpeiros. Em ofício do último dia 18, a Fiocruz relata ter recebido a informação de que medicamentos para malária estão sendo vendidos por mineradores irregulares perto da reserva indígena no meio da Amazônia, em Roraima.

"Tendo Farmanguinhos entregue toda a produção ao Ministério da Saúde", diz a Fiocruz no documento, em referência ao remédio artesunato + mefloquina, "vimos a necessidade de informar-lhes a fim de que medidas possam ser tomadas para que o rastreio da distribuição desse medicamento possa ser feito e apurado o fato relatado". Profissionais de saúde que atuaram no atendimento a indígenas nos últimos anos também fizeram relatos semelhantes à repor-

O Supremo Tribunal Federal (STF) já mandou investigar a gestão Jair Bolsonaro (PL) por omissões e suspeita de genocídio dos povos indígenas, além do descumprimento de decisões judiciais que determina-

Ministério da vam o reforco nas políticas de atenção a essas comunidades.

Os garimpeiros saem de Boa Vista em direção ao garimpo com os medicamentos em mãos para vender para os que ficaram em campo, segundo um enfermeiro que trabalhou por oito anos na terra indígena Yanomami. A estimativa é de que haja cerca de 20 mil garimpeiros na reserva - o número explodiu nos últimos anos.

Segundo ele, que prefere não se identificar, os desvios de caixas do produto já ocorriam na área de Logística da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), órgão ligado ao Ministério da Saúde. No transporte dos lotes até a reserva, também são relatados problemas. "Durante o translado na aeronave, o medicamento some", disse à reportagem outro técnico que já teve passagem pela

Na reserva, os profissionais da saúde, por medo, acabam também atendendo garimpeiros. Isso agrava a falta de remédios e a sobrecarga de trabalho. Grupos ligados à mineração ilegal dominam áreas dentro da reserva, incluindo pistas de pouso e até uma unidade de saúde. "Ocorre a troca de remédio por ouro", afirma Junior Hekurari, do Conselho Distri-

= ARF-Administracão e Participações S/A ===

CNPJ/MF nº 45.876.588/0001-80 - NIRE 35.300.1 Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data: 28 de dezembro de 2022, às 10:00 (dez) horas. Local: Sede Social, à Rua Dom Joaquim de Oliveira, 126, Sala 01, nesta Capital. Publicações: Convocação: Dispensada na forma do parágrafo

4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76; **Demonstrações Financeiras**: Dispensadas por tratar-se de Demonstrações Financeiras Intermediárias; **Mesa Diretora**: Presidente, Eduardo Mattos Antoniazzi,

Secretário, Roberto Antoniazzi. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme assinaturas lavradas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. Ordem

do Dia: Apreciar e deliberar sobre: 1 - Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 30 de novembro de 2022; 2 - a) Proposta para a Distribuição de Dividendos com origem na conta de Reserva de Lucros; b) Outros assuntos de interesse social.

Deliberações: a) Foram aprovadas as Demonstrações Financeiras relativas ao Período encerrado em 30 de novembro de 2022. Do Lucro Líquido do Período no valor de R\$ 720.069,73 (setecentos e vinte mil, sessenta e nove reais e setenta e três centavos), R\$ 36.003,49 (trinta e seis mil, três reais e quarenta e nove centavos) foram destinados ao pagamento dos dividendos obrigatórios aos acionistas,

a ser efetuado até 30/04/2023, restando o saldo de R\$ 684.066,24 (seiscentos e oitenta e quatro mil, sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos) a ser destinado para a conta de Reserva de Lucros. Não

foi constituída a Reserva Legal em virtude do saldo dessa Reserva iá ter atingido o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do Capital Social, conforme previsão legal; b) Foi aprovada a distribuição de

dividendos com origem na conta de Reserva de Lucros, no valor de 2,526,970,72 (dois milhões,

quinhentos e vinte e seis mil, novecentos e setenta reais e setenta e dois centavos) a serem pagos a critério da Diretoria da sociedade, à medida que as disponibilidades financeiras permitirem, devendo

seu valor ser mantido em conta corrente em nome dos acionistas até o efetivo pagamento. **Deliberações**

Finais: Deliberado e votado para que ficasse constando nesta Ata, que as deliberações foram votadas e aprovadas pela unanimidade dos acionistas presentes, com direito a voto, abstendo-se de votar os legalmente impedidos quando a matéria assim o exigisse, na forma da lei. Lavrada, lida e achada

conforme, vai a presente Ata assinada pela Mesa Diretora. São Paulo, 28 de dezembro de 2022

Presidente da Mesa, Eduardo Mattos Antoniazzi, Secretário da Mesa, Roberto Antoniazzi. Acionistas

presentes: Aylton Antoniazzi, Sandra Maria Antoniazzi, Ferrini, Cristiana Mattos Antoniazzi, Fernando

Mattos Antoniazzi, Eduardo Mattos Antoniazzi, Gilberto Mattos Antoniazzi e Alexandre Mattos

Antoniazzi - A presente é cópia fiel do original. **Eduardo Mattos Antoniazzi - Presidente; Roberto Antoniazzi - Secretário. Antonio Puzzello - CT-1SP097015/O-1. JUCESP** 42.649/23-7 em

TIMBER XI SPE S.A.

CNPJ/ME Nº 25.186.848/0001-88 - NIRE 35.300.493.16-8

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2022 (Lavrada sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76). 1 Data, Hora e Local: Em 10 de outubro de 2022, às 11:00 horas, na sede da Timber XI SPE S.A., localizada na Rua Alexandrino.

le Odubiro de 2022, asi 11.00 floras, na sede da Ilmiber XI SPS.A., localizada na Ruda Alexandrino.

Je Moraes, 270, salas 01, 02 e 03, na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo, CEP 18407-130.

2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124.

§ 4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") endo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade 8. Mesa: Presidente: Sr. Matheus de Barros Moura; e Secretária: Sra. Fernanda Jorge Stallone.

almeiro. 4. Ordem do Dia e Deliberações: Após exame e discussão das matérias, a totalidad

dos acionistas aprovou, sem quaisquer reservas ou ressalvas: (i) a publicação desta ata na forma prevista no § 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) o resgate, a suporte da conta

prevista no § 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Açoes; (II) o resgate, a suporte da conta de reservas de capital, sem redução do capital social da Companhia, de 7000.000 (sete milhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia, todas nominativas e sem valor nominal, retirando-as definitivamente de circulação e providenciando o cancelamento das mesmas, nos termos do artigo 44 da Lei 6.404/76, mediante entrega de R\$ 1.866.666,70 (um milhão e oitocentos e sessenta e seis reais e setenta centavos) à BTGI Investimentos Florestais S.A., e R\$ 5.133.333,30 (cinco milhões e cento e trinta e três mil e trezentos e trinta e três reais e trinta centavos).

ao BTG Pactual Timberland Fund I - FIP, totalizando o montante de R\$ 7.000.000,00 (sete milhõe de reais). (iii) Em decorrência da deliberação acima, os acionistas acordaram em alterar o caput d

de reais). (III) Em decorrencia da deliberação acima, os acionistas acordaram em alterar o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º O capital social da Companhia é de R\$ 4.144.250,00 (quatro milhões, cento e quarenta e quatro mil e duzentos e cinquenta reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, sendo 30.719.496 (trinta milhões. setecentas e dezenove mil, quatrocentas e noventa e seis) ações ordinárias. nominativas e sem valor nominal e 14.218.504 (quatorze milhões, duzentos e dezoito mil, quinhentas e quatro) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal".5. Encerramento: Nada mais

avendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão

foi lida, achada conforme e aprovada pelos acionistas, tendo sido assinada por todos os presentes tol lida, achada conforme e aprovada pelos acionistas, tendo sito assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente - Mattheus de Barros Moura; e Secretária - Fernanda Jorge Stallone Palmeiro. Acionistas: BTG Pactual Timberland Fund I - FIP, neste ato representada por sua gestora, a BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda. e BTGI Investimentos Florestais S.A. Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. São Paulo, 10 de outubro de 2022. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro - Secretária. JUCESP nº 658.318/22-6 em 16/11/2022.

26/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

tal de Saúde Indígena (Condisi).

A falta de medicamentos, bem como acusações de servidores que negociam com garimpeiros por ouro, já haviam sido levantadas em audiência pública, da Câmara dos Deputados, em junho de 2022. Após questionamentos da deputada Joenia Wapichana (Rede-RR), que presidiu a comissão, Paulo Teixeira de Souza Oliveira, delegado da Polícia Federal, que representou o Ministério da Justiça e Segurança Pública, disse que "esse crime de comércio de ouro, cometido supostamente por servidores, em troca de comida e vacina" está sendo investigado.

"A informação da nossa Superintendência de Roraima é que existe um inquérito aberto. Esse fato foi noticiado pela mídia e esse inquérito está em andamento. É claro que vamos preservar o sigilo até mesmo em interesse do resultado útil da investigação. Mas, sim, os fatos estão sendo apurados", disse o delegado à época. Questionada pela reportagem, a PF não respondeu até a publicação desta matéria. A reportagem também não conseguiu contato com Joenia, que hoje preside a Fundação Nacional

A reportagem também tentou contato com o novo secretário da Sesai, Weibe Tapeba, e com o ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroga, da gestão Jair Bolsonaro, mas não obteve retorno. Nas redes sociais, Bolsonaro disse que a emergência Yanomami é uma "farsa da esquerda" e afirmou que a saúde indígena foi uma das prioridades em seu governo, destacando a atuação durante a pandemia da covid-19.

Os servidores relataram que a saúde indígena tem dificuldades "naturais". Não se espera que os indígenas se desloquem até as unidades básicas de saúde para atendimento, o que exige busca ativa dos profissionais da saúde, em terrenos pouco favoráveis e no meio da floresta.

No Distrito Sanitário Yanomami, relatam, os profissionais muitas vezes ficam ilhados dentro do posto. Eles contam que os Yanomami são um povo guerreiro, e conflitos entre os próprios indígenas podem ser bastante violentos, o que encurrala os funcionários da saúde. Somado a isso, há o medo dos invasores e dos nativos cooptados para trabalhar no garimpo, que têm armas de fogo. "Tem crianças armadas, tem adoles-

Serviços Financeiros Ltda., para Transformação do Tipo Jurídico de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade por Ações, Destituição e Eleição de Membros da Administração e Aprovação da Redação do Novo Estatuto Social Pelo presente instrumento particular e, na melhor forma de direito, as partes abaixo: 1. Ser Educacional

S.A., sociedade anónima devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, com sede em Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida da Saudade, 254, Bairro Santo Amaro, CEP 50100-200, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.986.320/0001-13 e no Registro de Empresas sob NIRE nº 26.3.0001679-6, neste ato representada por seus Diretores, Sr. **Jânyo Janguiê Bezerra Diniz**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.169.091-SSP/PB e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("<u>CPF/ME</u>") sob nº 567.918.444-34, com endereço profissional na Avenida da Saudade, nº 254, bairro de Santo Amaro, cidade do Recife, Estado de Pernambuco, CEP: 50.100-200 e o Sr. **João Albérico Porto de Aguiar**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Carteira de Identidade nº 3.942.826 - SSP/PE e inscrito no CPF/ME sob nº 819,680,604-30, com endereço profissional na Avenida da Saudade, nº 254, bairro de Santo Amaro, cidade do Recife, Estado de Pernambuco, CEP: 50.100-200; e 2. Uninassau Participações S.A., sociedade anônima devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida da Saudade, 254, Santo Amaro, CEP 50100-200, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.570.214/0001-69 e no NIRE 26.3000.2163-3, neste ato representada pelo Sr. **Adriano Lisboa de Azevedo**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 57.606.455-6 SSP/BA e inscrito no CPF/ME sob o nº 928.249.275-34, com endereço profissional na Avenida da Saudade, nº 254, Bairro Santo Amaro, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 50100-200 e João Albérico Porto de Aguiar, Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.724.883/0001-22, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 702, Itaim Bibi, Conjunto 101, CEP 04532-002, com seu Contrato de Constituição devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35.237.462.817, em sessão de 15 de julho de 2021 e com sua 1ª e última Alteração de Contrato Social arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 298.465/22-0, em sessão de 15 de junho de 2022 ("Sociedade"), têm entre si justo e contratado o seguinte: 1. Transformação do Tipo Jurídico de Sociedade Empresária Limitada para Sociedade por Ações: 1.1. Fica aprovada a transformação do tipo jurídico da Sociedade de sociedade empresária de responsabilidade limitada para sociedade por ações, passando a operar sob a denominação social de "Ser Finanças - Serviços Financeiros S.A." ("Companhia"), a qual, para todos os propósitos legais, será uma continuação da sociedade de responsabilidade limitada sem a interrupção de sua existência legal e será regida por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>"), bem como pelas demais disposições legais aplicáveis às sociedades por ações. **1.2.** Fica consignado que o capital social de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas, do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, passará a ser dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, as quais serão distribuídas entre as atuais sócias, **Ser Educacional S.A.** e **Uninassau Participações S.A.** acima qualificadas, proporcionalmente à participação de cada uma delas no capital social, nos termos do Boletim de Subscrição anexo ao presente instrumento na forma do <u>Documento I</u>, o qual será arquivado na sede da Companhia. 1.3. Fica consignado que, por força da transformação da Companhia, ficam extintos os cargos da administração tais como previstos no Contrato Social da Companhia, e determinar que a Companhia seja administrada por um Conselho de Administração, composto por no máximo 7 (sete) membros, residentes ou não no Brasil e uma Diretoria composta por 2 (dois) membros, residentes no Brasil eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 1 (um) ano. 1.4. Fica estabelecido que a Companhia continuará a operar dentro do mesmo exercício social, atendidas as exigências fiscais e contábeis. 1.5 aprovada a não instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o presente exercício social. 1.6. Fica estabelecido que a remuneração anual e global dos administradores da Companhia será fixada em Assembleia Geral a ser especificamente convocada para esse fim. 1.7. Ficam autorizados os administradores da Companhia a procederem com todos os atos complementares à referida transformação, inclusive verbações e transferências necessários à completa regularização da operação. 2. Destituição e Eleição dos Membros da Administração da Companhia: 2.1. Fica consignada, por este ato, a destituição dos Srs. **João Albérico Porto de Aguiar e Adriano Lisboa de Azevedo** da administração da Companhia **2.2.** Ficam eleitos para os cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 1 (um) ano, os Srs. (i) Jânyo Janguiê Bezerra Diniz, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico portador da Carteira de Identidade RG nº 1.169.091-SSP/PB e inscrito no CPF/ME sob nº 567.918.444-34 portation de Carleira de riderinade l'Arie de Presidente do Conselho de Administração; (ii) **Joaldo Janguiê Bezerra Diniz**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.959.418 SSP/ PE e inscrito no CPF/ME sob nº 028.159.254-35, residente e domiciliado na Cidade de Recife, Estado de imbuco e com endereço profissional na Avenida da Saudade, nº 254, bairro de Santo Amaro, CEP 50.100-200, na mesma cidade, para o cargo de conselheiro; e (iii) Rodrigo de Macedo Alves, brasileiro casado, economista, portador da Carteira de Identidade RG nº 29.442.636-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 265.630.488-11, com endereço profissional na Cidade do Recífe, Estado de Pernambuco, na Avenida da Saudade, nº 254, Santo Amaro, CEP 50100-200, para o cargo de conselheiro. **2.3.** Pela assinatura dos termos de posse anexos ao presente instrumento como Documento II, os Conselheiros ora eleitos tomam posse de seus cargos e declaram, sob as penas da lei e para todos os fins de direito, que não estão impedidos por lei especial, condenados, ou sob efeitos de condenação, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos Ainda, os acionistas consignam que os termos de posse dos Conselheiros ora eleitos serão arquivados no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, o qual será arquivado na sede da Companhia. 3. Aprovação do Estatuto Social da Companhia: Em decorrência das deliberações acima, os acionistas resolvem adotar o novo Estatuto Social da Companhia, que passa a reger todos os direitos e Documento III, o qual será arquivado na sede da Companhia. E, por estarem assim justos e contratados os acionistas assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 duas) testemunhas abaixo assinadas. São Paulo, 15 de dezembro de 2022. **Ser Educacional S.A.** - p. Jânyo Janguiê Bezerra Diniz e João Albérico Porto de Aguiar; **Uninassau Participações S.A.** - p. Adriano Lisboa de Azevedo e João Albérico Porto de Aguiar. Visto do Advogado - Nathalie Regnier Cortes - OAB/ nº 55107-A. **JUCESP/NIRE S/A** nº 3530060833-0 em 19/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. JUCESP nº 24.133/23-1 em 19/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

J&T Express Brazil Ltda. Edital de Convocação

Sede Social: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, A Administração da J&T EXPRESS BRAZIL LTDA. ("Sociedade"), nos termos do Parágrafo 3º do artigo 1.152 e Caput do artigo 1.074 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), convoca os sócios da Sociedade para a Reunião dos Sócios, que será realizada na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em primeira convocação, no dia 06 de fevereiro de 2023, às 10:00h, e em segunda convocação no mesmo local e data às 11:00h, para tratar da seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre a abertura de novas filiais da Sociedade, a serem instaladas nos seguintes endereços: (a) Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Rua Dionizio Zacaron, nº 2255, Vila Toninho, CEP 15077-010; (b) Município de Irati, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 150, Térreo, CEP 84500-009; (c) Município de Senhora do Bonfim, Estado da Bahia, na Rodovia BA 220, nº 796, Santos Dumont, CEP 48970-000; (d) Município de Itaobim, Estado de Minas Gerais, na Rua Padre Paraíso, nº 279, São Jorge, CEP 39625-000; (e) Município de Almenara, Estado de Minas Gerais, na Rua Capitão Marcelino, nº 655, Tereza Cristina, CEP 39900-000; (f) Município de Unaí, Estado de Minas Gerais, na Rua Canadá, nº 110, De Lourdes, CEP 38616-472;
(g) Município de Varginha, Estado de Minas Gerais, na Rua Murilo Foresti, nº 130, Jardim Ribeiro, CEP 37068-140: (h) Município de Patos de Minas. Estado de Minas Gerais, na Rua Jota Santana, nº 93 do Amaral, nº 533. Santana, CEP 16050-430; e. (i) Município de São João Del Rev. Estado de Minas Gerais, na Avenida Trinta e Um de Março, nº 1346, Quadra 003, Colônia do Marçal, CEP 36302-016 (ii) Autorizar os administradores e/ou os procuradores da Sociedade a tomarem todas as providências e a narem todos e quaisquer documentos necessários para a formalização das resoluções no item acima

⊦Agrogalaxy Participações S.A.≡

São Paulo - SP, 27 de janeiro de 2023. QIANG WANG - Diretor Presidente

CNPJ nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 35.300.489.543 Comunicado ao Mercado

O AgroGalaxy Participações S.A. (B3: AGXY3) ("Agrogalaxy" ou "Companhia"), conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de janeiro de 2023, informa da alteração do jornal de grande circulação utilizado pela Companhia para a realização de suas publicações oficiais, que passa a ser o Diário de Notícias da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e, ainda, que procederá com a sua ratificação em sede de Assembleia Geral Ordinária de Acionistas São Paulo, 30 de janeiro de 2023. AgroGalaxy Participações S.A. - Maurício Puliti - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

dos Povos Originários (Funai). centes armados.'

Ser Finanças - Serviços Financeiros Ltda.

CNPJ/ME nº 42.724.883/0001-22 - NIRE 35.237.462.817

Instrumento Particular da 2ª Alteração do Contrato Social da Ser Finanças -

Brascrow Indústria e Comércio Ltda. CNPJ/ME nº 43.825.660/0001-14 - NIRE 35.201.038.942

Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora e Local. Aos 30/01/2023, às 10h, na sede social, SP/SP, Rua São Paulo Viana, nº 202, sala 42, Paraíso. Convocação e Presença. Convocação dispensada, face à presença da sócia representando a totalidade do capital social da Sociedade. Mesa. Os trabalhos foram presididos e secretariados pelo Sr. Pedro Miguel Justiniano Youngquist. Ordem do Dia. Deliberar sobre (i) a redução do capital social da Sociedade por ser considerado excessivo em relação ao objeto social; e (ii) a autorização aos administradores da Sociedade para realizarem todos os atos necessários ao cumprimento do quanto decidido. Deliberações. A única sócia quotista decide (i) aprovar a redução do capital social em R\$ 1.260.343,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 1.260.343 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, todas de propriedade da sócia Brack Empreendimentos e Serviços Ltda., a qual receberá em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Dessa forma, o capital social passa $\underline{\mathbf{de}}$ R\$ 7.231.051,00 $\underline{\mathbf{para}}$ R\$ 5.970.708,00; e (ii) autorizar o administrador da Sociedade a assinar e firmar todos os documentos necessários para a restituição dos valores devidos em razão da redução de capital, nos termos aprovados acima, assim como a publicar esta ata contendo um resumo das deliberações aprovadas, para os fins prescritos no artigo 1.084 e seus parágrafos do Código Civil, após o quê, arquivarão a alteração do contrato social, consi valor do capital social. Encerramento. Nada mais. São Paulo, 30 de janeiro de 2023. Mesa: Pedro Miguel Justiniano Youngquist. Sócia: Brack Empreendimentos e Serviços Ltda. - Pedro Miguel Justiniano Youngquist - Administrador

TRATAMENTOS

Governo federal assina decreto para combater crise humanitária

O governo federal publicou na terça-feira, 31, por meio de decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mais uma série de medidas para combater a crise humanitária que atinge o povo Yanomami, em Roraima. As ações também têm por objetivo neutralizar o garimpo ilegal da região.

Entre as determinações estão a autorização para alguns ministérios requisitarem servidores, bens e serviços para o tratamento e proteção dos indígenas Yanomamis, incluindo desde o fornecimento de água potável, alimentos e vestuários até a perfuração de poços artesianos e aberturas de postos de apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e de Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

Estão autorizados a fazer essas requisições os ministros de Estado da Defesa, José Múcio Monteiro; da Saúde, Nísia Trindade; do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias; e dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara.

O decreto também amplia as ações da Aeronáutica no espaço aéreo para combater o tráfego de aviões suspeitos de atividades ilícitas. Para isso, será criada a Zona de identificação de Defesa Aérea (Zida), que ficará sobrejacente e adjacente ao território Yanomami enquanto durar o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

O governo federal também atribuiu à Força Nacional de Segurança a missão de atuar na segurança das equipes de saúde e assistência que vão trabalhar no território Yanomami.

Ainda segundo o decreto, o Ministério da Defesa vai atuar no "fornecimento de dados de inteligência e no transporte aéreo logístico das equipes da Polícia Federal, do Ibama e dos demais órgãos e entidades da administração pública federal", que atuarão no combate da mineração ilegal na região.

No último dia 20, o Ministério da Saúde declarou emergência em saúde pública de importância nacional para a situação vivida pelo povo Yanomami. A medida foi tomada porque o território, com mais de 30 mil indígenas, tem sofrido com casos de insegurança alimentar, desnutrição infantil, malária e falta de acesso da população à saúde.

Muitos desses problemas foram agravados pela presença de garimpeiros ilegais. A atividade de mineração, proibida no local, contamina os rios e afugenta os animais que servem de caça e alimentos para os povos originários. Conflitos armados entre os garimpeiros e os Yanomami também têm vitimado parte dos indígenas.

No dia 23, profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) foram à região para ajudar no tratamento dos indígenas e no diagnóstico da situação. Na terça-feira passada, 24 um hospital de campanha foi instalado na comunidade Surucucu para intensificar o atendimento emergencial

Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. CNPJ/MF nº 36.062.772/0001-03 - NIRE 35.300.547.829 Edital de 1ª (Primeira) Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira)

Editai de l' (Primeira) Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da l' (Primeira) Editai de l Jurídica ("CNP_I") sob o nº 36.062.772/0001-03, com NIRE sob o nº 35.300.547.829 na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("Emissora"), por meio do presente, convoca os titulares das debêntures simples, não conversíveis em acões, da espécie com garantia real, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Emissora as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição ("<u>Debenturistas</u>", "<u>Debentures</u>" e "<u>Emissão"</u>, respectivamente), nos termos da "Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Infraestrutura Brasil Holding IX S.A." celebrado em 16 de junho de 2021 entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobillários Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário" e "Escritura de Emissão", respectivamente), e dos artigos 71, §§1º e 2º, e 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, convocação, no dia 16 de fevereiro de 2023, às 14 horas, de modo exclusivamente digital ("AGD"), através da plataforma digital "Microsoft Teams", com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("<u>Resolução CVM 81"</u>), a qual será considerada, nos termos do artigo 71, §2º da Resolução CVM 81, como realizada na sede da Emissora, na Cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, na Rodovia Washington Luís, km 216,8 -Pista Sul, CEP 13530-000. A AGD terá como objetivo deliberar sobre as seguintes matérias, observado os quóruns previstos nas cláusulas 6.1.4.1, 6.1.4.2, 6.1.4.4 e Cláusula IX da Escritura de Emissão: (a) a declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da não realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total (conforme definido na Escritura de Emissão) até 07 de fevereiro de 2023, nos termos da Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão; (b) a concessão de dispensa prévia (waive temporário) para o não cumprimento, pela Emissora, a partir da data da realização da AGD até 15 de maio de 2023, da obrigação de realizar o Resgate Antecipado Obrigatório Total (conforme definido na Escritura de Emissão) prevista na Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão, sendo certo que, em contrapartida, a Emissora realizará, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da realização da AGD, o reforço da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido na Escritura de Emissão) por meio da oneração adicional de boletins de subscrição decorrentes de aumentos de capital social na Holding Pátria, na Subholding e na Emissora (conforme definidos na Escritura de Emissão), nos mesmos termos dos Boletins de Subscrição Onerados (conforme definido na Escritura de Emissão); e (c) a autorização para que a Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, pratiquem todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas nos itens (a) e (b) acima, incluindo a celebração de aditamentos à Escritura de as materias iniciadas nos ienis (a) e (u) admini, iniciando a celebração de administrator a Escritura de Emissão, conforme aplicável. Procedimentos Aplicáveis à Realização Digital: Em atendimento à Resolução CVM 81, apresentamos abaixo os procedimentos aplicáveis à realização da AGD por meio digital: 1- <u>Acesso e utilização do Sistema Eletrônico</u>: A AGD será realizada através de plataforma digital "*Microsoft Teams*", que possibilitará a participação remota dos Debenturistas. O conteúdo da AGD será gravado pela Emissora. Para participarem da AGD, os Debenturistas deverão enviar, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes de alização (i.e., até 14 de fevereiro de 2023), para os e-mails gilson.carvalho@entrevias.com.br, agentefiduciario@vortx.com.br e gmd@vortx.com.br: (i) a confirmação de sua participação acompanhada da cópia do CPF em caso de pessoa física e, CNPJ de empresas ou dos fundos dos Debenturistas, conforme o caso; (ii) a indicação dos representantes que participarão da AGD, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato; e (iii) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, conforme item 3 abaixo. A Emissora enviará, até 2 (duas) horas antes da realização da AGD, um e-mail contendo as orientações para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico para cada um dos Debenturistas que seja habilitado e tiverem confirmado a participação, conforme acima indicado. Caso determinado Debenturista esteja com problemas de acesso à plataforma ou não tenha recebido o convite individual para participação na AGD com pelo menos 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Emissora pelo telefone (16) 3363-8300, com no mínimo 1 (uma) hora de antecedência em relação ao horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte adequado e onforme o caso, o acesso do Debenturista seja liberado mediante o envío de novo convite individual. Caso Debenturista tenha dúvidas gerais relacionadas à AGD, deve entrar em contato com a Emissora pelo telefone (16) 3363-8300. No dia de realização da AGD, os Debenturistas deverão se conectar com 30 (trinta) minutos de antecedência munidos de documento de identidade e dos documentos previamente encaminhados por e-mail. A Emissora não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. Os Debenturistas que participarem ria "Microsoft Teams", de acordo com as instruções da Emissora, serão considerados presen everão ser considerados assinantes da ata e do livro de presença. 2- Admissão de Instrução de Voto a Distância: O Debenturista poderá exercer seu direito de voto a distância, por meio do preenchimento de instrução de voto a distância, a qual está disponível na página da rede mundial de computadores da Emissora (https://eixosp.com.br/) e da CVM (http://www.gov.br/cvm/pt-br). Para que a instrução de voto a distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do debenturista e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de endereço de e-mail para eventuais contatos; e (ii) a assinatura ao final da instrução de voto a distância do Debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente, ou por meio do envio de procuração. A Emissora exigirá que as instruções de voto a distância sejam rubricadas e assinadas com a certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade, conforme §2º do artigo 76 da Instrução Resolução CVM 81. Será aceita a instrução de voto a distância que for enviada preferencialmente com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGD, juntamente com os documentos listados no item 3 abaixo, aos cuidados da Emissora e/ou ao Agente Fiduciário, para os e-mails gilson.carvalho@entrevias.com.br, agentefiduciario@vortx.com.br e gmd@vortx. com.br. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto acima mencionada e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação da assembleia via acesso ao link, o debenturista caso queira, poderá votar na AGD, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. 3 - Depósito Prévio de Documentos: Os Debenturistas deverão enviar aos endereços eletrônicos gilson.carvalho@entrevias.com.br, agentefiduciario@vortx.com.br e gmd@vortx.com.br preferencialmente, com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGD, os seguintes documentos: (i) quando pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), esaporte, carteira de identidade expedida pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas os órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercia competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor. forme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os leres de representação em AGD; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal e (vi) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais. Em todo caso, os Debenturistas ou seus representantes legais, munidos dos documentos exigidos acima, poderão participar da assembleia ainda que tenha deixado de

depositá-los previamente, desde que os apresente até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos.

conforme § 2º, artigo 72, da Resolução CVM 81. Os termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste edital de convocação que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. São Paulo, 1º de fevereiro de 2023. **Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.**